

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITOS DA PERSONALIDADE: A LEGITIMIDADE DOS ATOS DE
LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA
HUMANA**

JACQUELINE REIS DE ARAÚJO

Rio de Janeiro

2017/1

JACQUELINE REIS DE ARAÚJO

**DIREITOS DA PERSONALIDADE: A LEGITIMIDADE DOS ATOS DE
LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA
HUMANA**

Monografia de final de curso, elaborada
no âmbito da graduação em Direito da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como pré-requisito para obtenção do
grau de bacharel em Direito, sob a
orientação da **Professora Ms.: Juliana
de Sousa Gomes Lage**

Rio de Janeiro

2017/1

A658d Araújo, Jacqueline Reis de
Direitos da personalidade: a legitimidade dos
atos de limitação voluntária à luz do princípio da
dignidade da pessoa humana / Jacqueline Reis de
Araújo. -- Rio de Janeiro, 2017.
67 f.

Orientadora: Juliana de Sousa Gomes Lage.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Direitos da Personalidade. 2. Limitação
Voluntária. 3. Dignidade Humana. I. Lage, Juliana
de Sousa Gomes, orient. II. Título.

CDD: 341.27

JACQUELINE REIS DE ARAÚJO

**DIREITOS DA PERSONALIDADE: A LEGITIMIDADE DOS ATOS DE
LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA
HUMANA**

Monografia de final de curso, elaborada
no âmbito da graduação em Direito da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como pré-requisito para obtenção do
grau de bacharel em Direito, sob a
orientação da **Professora Ms.: Juliana
de Sousa Gomes Lage**

Data da Aprovação: __/__/__

Banca Examinadora:

Orientadora: Julia de Sousa Gomes Lage

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017/1

RESUMO:

A presente monografia tem como objetivo analisar a legitimidade dos atos de limitação voluntária ao exercício dos direitos da personalidade. Parte do Artigo 11 do Código Civil brasileiro, que estabelece a indisponibilidade dos direitos da personalidade, o que vai em desacordo com o livre desenvolvimento da personalidade e valores constitucionais consagrados, como a dignidade da pessoa humana. Em um primeiro instante, é traçada uma visão geral sobre o instituto, através de um breve estudo acerca da dignidade humana, da inserção dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002, bem como da análise de suas principais características. Após, é realizado um estudo mais detalhado acerca das limitações voluntárias destes direitos e são traçados parâmetros que buscam regular a matéria. Por fim, o último capítulo tem o propósito de apresentar uma visão geral sobre cada espécie de direitos da personalidade e suas respectivas possibilidades de limitação voluntária, através da análise de exemplos práticos e casos concretos. Toda essa investigação visa demonstrar a importância da regulamentação da matéria, uma vez que, por muitas vezes, tais limitações são fundamentais para a realização da dignidade humana.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Dignidade humana; Renúncia do exercício; Limitações voluntárias

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the legitimacy of the acts of voluntary limitation on the exercise of the personality rights. It comes from the article 11 of the Brazilian Civil Code, that establishes the unavailability of human personality rights, which diverges from the free development of the personality and established constitutional values, such as the dignity of the human person. First, it is displayed an overview of the institute, through a brief study on human dignity, the insertion of the personality rights in the Civil Code of 2002, as well as the analysis of its main characteristics. Then, it is shown a more detailed study about the voluntary limitations of these rights and it is traced some parameters as to how regulate the subject matter. At last, the final chapter has the purpose of presenting an overview on each species of the personality rights and their possibilities for voluntary limitation, through the analysis of practical examples and case studies. All this research aims to demonstrate the importance of regulating the subject, since, for many times, such limitations are fundamental to the achievement of human dignity.

Keywords: Personality Rights; Human dignity; Resignation of exercise; Voluntary limitations

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	7
1. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS	9
1.1 A Dignidade da pessoa Humana	9
1.2 Distinção de Conceitos: Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade	10
1.3 Breve Histórico dos Direitos da Personalidade	11
1.4 Direitos da Personalidade no Código Civil de 2002	12
1.5 O Dano Moral	13
1.6 Aplicação às Pessoas Jurídicas	13
1.7 Características dos Direitos da Personalidade	14
2. A LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	20
3. TEMAS POLÊMICOS ENVOLVENDO OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E SUA LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA	25
3.1 Direito ao Próprio Corpo	25
3.1.1 Bons Costumes, Body Art e Bodymodification	27
3.1.2 Cirurgias de Mudança de Sexo e a Exigência Médica	29
3.1.3 Amputees-by-Choice e a Verdade Médica	30
3.1.4 Transplante de Órgãos	31
3.1.5 Direito à Vida e Transfusão de Sangue para Testemunhas de Jeová	34
3.1.6 Eutanásia e Ortotanásia	35
3.1.7 O Direito à Morte Digna	38
3.1.8 O Aborto de Fetos Anencefálicos	39
3.1.9 Conclusão: Legitimidade dos Atos de Disposição do Próprio Corpo	40

3.2 Direito à Honra	41
3.2.1 O Caso de Manuel Wackenheim	42
3.3 Direito à Imagem	43
3.3.1 Autolimitação do Direito de Imagem e sua Interpretação Restritiva	45
3.3.2 O Caso Maitê Proença	46
3.3.3 O Caso Nissim Ourfali	46
3.4 Direito à Privacidade	48
3.4.1 Big Brother e os Aquários Humanos	50
3.4.2 Limites da Limitação Voluntária: O Direito ao Esquecimento	51
3.5 Direito ao Nome e à Identidade Pessoal	53
4.5.1 Possibilidade de Alteração do Nome	54
4.5.2 Alteração do Nome e o Caso Silveirinha	57
4.5.3 Autorização para Uso do Nome e o Caso Luciano Huck	58
4.5.4 Cirurgias de Readequação de Sexo e a Mudança do Nome	58
 CONCLUSÃO	 62
 REFERÊNCIAS	 65

INTRODUÇÃO:

A inserção da dignidade humana no cenário internacional, exerceu grande influência nas Constituições elaboradas após a segunda metade do século XX, que passaram a prever a dignidade da pessoa humana como verdadeira razão de ser do Estado Democrático de Direito, como uma “valor-guia” de todo o ordenamento jurídico.

Sua incorporação à Constituição de 1988, gerou grande repercussão no direito privado, em especial no direito civil. Com a elaboração do Código Civil de 2002, foi dedicado um capítulo inteiro aos direitos da personalidade, o que representa uma grande evolução com relação ao código anterior, que era restrito ao direito das coisas. A inauguração de um capítulo dedicado à proteção da pessoa, afirma o compromisso da tutela e promoção da dignidade humana.

Porém, o Código Civil acabou tratando dos direitos da personalidade de modo muito superficial, isso porque muitos dos dispositivos que tratam do tema trazem soluções fechadas, absolutas, definitivas, que não se ajustam à realidade e dificultam a solução de casos concretos.

É o que ocorre, por exemplo, com o Art. 11 do Código Civil, o primeiro dispositivo dedicado aos direitos da personalidade, que, além de determinar sua intransmissibilidade, acrescentou serem os mesmos “irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação voluntária”.

O artigo em questão opta por um posicionamento radical, uma vez que, interpretando o dispositivo em sua literalidade, não seria permitida, em regra, qualquer limitação voluntária aos direitos da personalidade, de modo que o consentimento do titular não traria qualquer efeito.

Mas, ao contrário do que estabelece o dispositivo em questão, em uma série de situações não previstas em lei, mas socialmente admitidas, as pessoas desejam e aceitam limitar o exercício de algum atributo da própria personalidade. Tal limitação, derivada da vontade do titular, não deve a toda evidência ser reprimida pela ordem jurídica, pois, em muitos casos, essa limitação se dirige à realização da dignidade humana daquele indivíduo.

Ocorre que, o Direito, na maioria das vezes, não acompanha a evolução da sociedade, o que acarreta o surgimento de diversas situações que ainda não estão regulamentadas, e, com isso, surgem inúmeras polêmicas e debates no mundo jurídico.

Deste modo, é muito importante que haja uma discussão a respeito do tema, pois, conforme apontado, o legislador adotou uma posição radical ao estabelecer que os direitos da personalidade, como regra, não poderiam sofrer limitação voluntária por vontade de seu próprio titular.

A presente monografia tem como objetivo analisar, justamente, a questão da legitimidade dos atos de limitação voluntária aos direitos da personalidade, sendo estruturada, para tanto, em três capítulos.

Em um primeiro momento, é traçada uma visão geral sobre o instituto, através de um breve estudo acerca da dignidade humana, da inserção dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002, bem como da análise das principais características dos direitos da personalidade.

Após, é realizado um estudo mais detalhado acerca das limitações voluntárias destes direitos e são traçados alguns parâmetros que buscam regular a matéria, uma vez que, diante da omissão legislativa, compete ao jurista, intérprete da norma, verificar a legitimidade dos atos de limitação voluntária ao exercício dos direitos da personalidade.

Por fim, o último capítulo tem o propósito dar uma visão geral sobre cada espécie de direitos da personalidade e suas respectivas possibilidades de limitação voluntária, através da análise de exemplos práticos e casos concretos.

Toda essa investigação visa demonstrar a importância da regulamentação da matéria, uma vez que, por muitas vezes, tais limitações são fundamentais para a realização da dignidade humana.

1. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS.

1.1 A Dignidade da Pessoa Humana:

Antes de adentrar nos aspectos dos direitos da personalidade é muito importante que haja uma discussão à respeito da dignidade da pessoa humana, conceito que está intimamente ligado aos direitos da personalidade.

A dignidade da pessoa humana foi reconhecida através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que afirmou expressamente que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

A consagração da dignidade humana como valor central da ordem jurídica internacional exerceu grande influência nas Constituições elaboradas após a segunda metade do século XX, que incorporaram a dignidade da pessoa humana como verdadeira razão de ser do Estado Democrático de Direito.

Neste sentido, na CRFB/88, a dignidade da pessoa humana assumiu posição de destaque, sendo vista como o “valor-guia” do ordenamento jurídico. Hoje ela é vista como princípio fundamental, à partir do qual os demais princípios se derivam.

A Constituição brasileira a menciona em seu Artigo 1º, como um dos fundamentos da República:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

A dignidade humana é vista, portanto, como uma qualidade inerente a todo e qualquer ser humano. De acordo com Anderson Schreiber, seu conceito pode ser formulado nos seguintes termos:

A dignidade humana é o valor síntese que reúne as esferas essenciais de desenvolvimento e realização da pessoa humana. Seu conteúdo não pode ser descrito

de modo rígido, deve ser aprendido por cada sociedade em cada momento histórico, a partir de seu próprio substrato cultural.¹

Porém, mais importante que sua conceituação é a compreensão do propósito de sua incorporação ao ordenamento jurídico: o de proteger a condição humana em todos os seus aspectos e manifestações.

Neste sentido, conforme preleciona Maria Cecília Bodin de Moraes,² se releva contrário à dignidade humana tudo o que puder reduzir a pessoa à condição de objeto. Proteger a condição humana significa tratar a pessoa “sempre como um fim, nunca como um meio.”³

1.2 Distinção de Conceitos: Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade:

Todos esses conceitos buscam contemplar atributos da personalidade humana merecedores de proteção jurídica, o que muda é apenas o plano em que a personalidade humana se manifesta. O valor tutelado será sempre o mesmo: a dignidade da pessoa humana.⁴

A expressão “*direitos humanos*”, é mais utilizada no plano internacional, independentemente da forma que cada Estado regula a matéria. Deste modo, a proteção desses direitos depende do consenso entre diferentes culturas e pode apresentar variações dependendo do direito interno de cada Estado.

A expressão “*direitos fundamentais*”, é normalmente utilizada para designar direitos positivados na Constituição de um determinado Estado. A Constituição brasileira, por exemplo, dedica seu Título II aos Direitos e Garantias Fundamentais.

A expressão “*direitos da personalidade*”, por sua vez, é empregada no âmbito das relações privadas, ou seja, na interação entre particulares, o que não quer dizer que não haja também a proteção conferida no âmbito Constitucional e no plano internacional. Neste sentido, o Código Civil brasileiro reserva um Capítulo à esses direitos.

¹ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 8

² MORAES, Maria Celília Bodin de. *Danos à Pessoa Humana- Uma leitura Civil- Constitucional dos Danos Morais*. Rio de Janeiro. Editora Renovar, 2003, p. 85

³ KANT, Emmanuel. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*. Rio de Janeiro. Ediouro, 1997. P.79

⁴ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 13 e 14

A maior parte dos direitos da personalidade previstos no Código Civil brasileiro, encontram previsão expressa também na Constituição Federal, em seu artigo 5º e, mesmo que não possuam previsão explícita no texto constitucional, são sempre decorrentes da dignidade da pessoa humana. Portanto, os direitos da personalidade são direitos fundamentais.

Nem todos os direitos fundamentais são, contudo, direitos da personalidade, já que asseguram proteção também a outros direitos, inclusive de cunho patrimonial.

1.3 Breve Histórico dos Direitos da Personalidade:

As primeiras construções em torno dos direitos da personalidade surgiram na metade do século XIX. A expressão foi concebida por jusnaturalistas franceses e alemães para designar certos direitos inerentes ao homem, direitos preexistentes ao seu reconhecimento por parte do Estado. Eram, portanto, direitos essenciais à condição humana.⁵

Naquele momento, os direitos da personalidade já eram considerados como absolutos, imprescritíveis, inalienáveis e indisponíveis, características preservadas até hoje e previstas na legislação pátria e estrangeira.

Porém, esses direitos encontraram forte resistência em um ambiente ainda marcado pelo liberalismo. Havia divergências, inclusive, entre os próprios defensores desses direitos. Não havia, por exemplo, consenso sobre quais eram os direitos da personalidade. Deste modo, surgiram duas teorias:

A primeira, defendida por Savigny, afirmava que não haviam direitos da personalidade, pois, acreditavam que era inconcebível admitir alguém tendo direitos cujo objeto seria sua própria pessoa. Por outro lado, a segunda teoria defendia a existência dos direitos da personalidade, na medida em que estes são poderes que o homem exerce sobre sua própria pessoa.

Por muito tempo as críticas dirigidas aos direitos da personalidade atrapalharam seu desenvolvimento. O Código Civil brasileiro de 1916 não trouxe qualquer menção ao assunto. O interesse pelo tema só seria resgatado na segunda metade do século XX, com a consagração da dignidade da pessoa humana.

⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 5

1.4 Direitos da Personalidade no Código Civil de 2002:

A inserção da dignidade humana no cenário internacional, bem como sua incorporação à Constituição de 1988, tiveram grande repercussão no direito privado, em especial no direito civil. Influenciados pela promulgação do novo texto constitucional, avançados civilistas defenderam a ideia de que era necessária a releitura do direito civil, à luz dos novos valores acolhidos pela Constituição.

Existem diversas maneiras de se violar a dignidade da pessoa humana. O uso indevido da imagem, a violação à privacidade e a violação à honra são alguns dos exemplos dentre as variadas maneiras de se atingir a dignidade humana. Neste sentido, surgiu a necessidade de, na prática jurídica, especificar o efetivo conteúdo deste princípio constitucional.

Com a elaboração do Código Civil de 2002, portanto, foi dedicado um capítulo inteiro aos direitos da personalidade, o que representa uma grande evolução em comparação ao código anterior, que era restrito ao direito das coisas. A inauguração de um capítulo dedicado à proteção da pessoa, afirma o compromisso da tutela e promoção da dignidade humana.

Neste sentido, o código civil procurou regular o direito ao próprio corpo, o direito ao nome, o direito à honra, o direito à imagem e o direito à privacidade. Porém, o legislador incorreu em alguns equívocos no tratamento dos direitos da personalidade.

Conforme aponta Anderson Schreiber⁶ o Código Civil acabou tratando dos direitos da personalidade de modo excessivamente rígido e puramente estrutural, isso porque muitos dos dispositivos que tratam do tema trazem soluções fechadas, absolutas, definitivas, que não se ajustam à realidade e dificultam a solução de casos concretos.

Isso não significa que a aplicação destes direitos restará totalmente prejudicada. O intérprete da norma, de modo geral, é convocado para corrigir os desvios do legislador, por meio de uma interpretação que permita dar solução aos diversos conflitos que envolvem os direitos da personalidade.

Cabe ainda destacar que, embora o Código Civil tenha tratado de apenas alguns direitos da personalidade, o rol é meramente exemplificativo, isso porque a omissão do legislador não impede que outras manifestações da personalidade humana sejam consideradas

⁶ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 12

merecedoras de tutela, por força do Art. 1º, inciso III da Constituição, que tutela a dignidade da pessoa humana.

1.5 O Dano Moral:

A lesão a qualquer direito da personalidade, esteja ele expressamente previsto no Código Civil ou não, configura dano moral, na medida em que este consiste justamente na lesão a um atributo da personalidade humana.

Porém, há uma concepção bastante difundida na doutrina e jurisprudência brasileiras de que o dano moral depende do sofrimento, dor, ou qualquer outra repercussão sentimental do fato sobre a vítima.

Tal entendimento, conforme defende Anderson Schreiber⁷, está equivocado. A definição de dano moral como lesão a atributo da personalidade deve se concentrar somente sobre o aspecto objetivo atingido, o interesse lesado, e não sobre as consequências emocionais da lesão.

Uma reportagem que ataca um paciente em coma, por exemplo, não causa ao paciente qualquer dor, sofrimento ou humilhação e, apesar disso, a violação à honra da vítima configura dano moral e exige reparação.

1.6 Aplicação às Pessoas Jurídicas

Acerca da aplicação dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, o Enunciado 286 CJF/STJ da IV Jornada de Direito Civil prevê que “Os direitos da personalidade são direitos inerentes e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade, não sendo as pessoas jurídicas titulares de tais direitos.”

O Código Civil, por outro lado, em seu artigo 52 estabelece que “Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.”

Neste sentido, há mais de uma corrente doutrinária, com pontos de vista divergentes, acerca da aplicação dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas:

Por fim, são eles plenamente compatíveis com pessoas jurídicas, pois, como entes dotados de personalidade pelo ordenamento positivo (Código Civil, arts. 13, 18 e

⁷SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 17

20), fazem jus ao reconhecimento de atributos intrínsecos à sua essencialidade, como, por exemplo, os direitos ao nome, à marca, a símbolos e à honra. Nascem com o registro da pessoa jurídica, subsistem enquanto estiverem em atuação e terminam com a baixa do registro, respeitada a prevalência de certos efeitos posteriores, a exemplo do que ocorre com as pessoas físicas (como, por exemplo, com o direito moral sobre criações coletivas e o direito à honra).⁸

Por tal posicionamento apresentado por Bittar, são aplicados às pessoas jurídicas todos aqueles direitos da personalidade compatíveis com a essência destas, sendo protegidos desde o momento de seu registro – nascimento da pessoa jurídica -, até o seu encerramento.

Seguindo este posicionamento e, constituindo os danos morais lesões aos direitos da personalidade, não se poderia negar reparação em favor da pessoa jurídica. Neste mesmo sentido, a Súmula 227 do STJ estabelece que “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.”

Por outro lado, em outro sentido doutrinário, há os que defendem que os direitos da personalidade são incompatíveis com a natureza da pessoa jurídica:

(...) os direitos da personalidade aplicam-se exclusivamente à pessoa humana, não se estendendo, em que pese a linguagem dúbia do art. 52, às pessoas jurídicas, sob pena de flagrante confronto com sua definição, inspiração e propósito. A disciplina dos direitos da personalidade é repleta de características próprias, que destoam da maior parte dos direitos e que só se justificam diante da especial necessidade de proteção à dignidade humana.⁹

Pelo posicionamento apresentado por Anderson Schreiber, o Art. 52 do Código Civil não chega a afirmar que os direitos da personalidade serão aplicados às pessoas jurídicas. O autor explica que o dispositivo apenas autoriza que alguns instrumentos destinados à proteção desses direitos sejam invocados em benefício das mesmas.

Para os defensores deste posicionamento, portanto, sendo os direitos da personalidade incompatíveis com a natureza da pessoa jurídica, esta não poderia sofrer dano moral. Defendem que atentados à imagem e à honra da pessoa jurídica, por exemplo, não atingem a dignidade humana, mas o patrimônio da pessoa jurídica. Tais danos seriam, portanto, patrimoniais.

1.7 Características dos Direitos da Personalidade:

⁸ BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*, 3ª ed. atualizada por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999, p. 13 e 14

⁹ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 23

Os direitos da personalidade podem ser vistos como o conteúdo mínimo da personalidade humana e que, fundados no valor constitucional da dignidade da pessoa humana, garantem o gozo e o respeito ao próprio ser, em todas as suas manifestações.¹⁰

Desta forma, os direitos da personalidade são reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, já que estão previstos no ordenamento jurídico para defesa de valores inatos do homem, como a vida, a intimidade, a honra e tantos outros.¹¹

Com base nos apontamentos de Rizzardo:

Trata-se dos direitos decorrentes da personalidade, que vêm do nascimento, sendo intransmissíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e inegociáveis. São essenciais à plena existência da pessoa humana, à sua dignidade, ao respeito, à posição nas relações com o Estado e com os bens, à finalidade última que move todas as instituições, eis que tudo deve ter como meta maior o ser humano.¹²

Assim, os direitos da personalidade resguardam a dignidade humana, de modo que ninguém pode renunciá-los, transmiti-los ou dispor a outrem. São necessários, universais, absolutos, imprescritíveis, intransmissíveis, impenhoráveis e vitalícios.

Em estudos mais recentes, Borges pontua:

Os direitos da personalidade são próprios do ser humano, direitos que são próprios da pessoa. Não se trata de direito à personalidade, mas de direitos que decorrem da personalidade humana, da codificação de ser humano. Com os direitos da personalidade, protege-se o que é próprio da pessoa, como o direito à vida, o direito à integridade física e psíquica, o direito à integridade intelectual, o direito ao próprio corpo, o direito ao nome, dentre outros. Todos esses direitos são expressões da pessoa humana considerada em si mesma. Os bens jurídicos mais fundamentais, primeiros, estão contidos nos direitos da personalidade.¹³

Deste modo, podemos apontar as seguintes características:

1.7.1 Absolutos:

¹⁰ BELTRÃO, Silvio Romero. *Direitos da personalidade: de acordo com o novo código civil*. Imprensa: São Paulo, Atlas, 2005. p. 25

¹¹ BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*, 3ª ed. atualizada por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999

¹² RIZZARDO, Arnaldo, Parte Geral do Código Civil. 4 ed. Editora Forense, 2006, p.151

¹³ BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *Direitos da Personalidade e Autonomia Privada*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 21

Em primeiro lugar, os direitos da personalidade são absolutos, isso porque possuem eficácia contra todos, *erga omnes*, ou seja, o seu titular poderá exigir que todos os respeitem, podendo protegê-los de quem quer que seja.

De acordo com Carlos Roberto Gonçalves, os direitos da personalidade são tão necessários e relevantes que, por este motivo, impõe a todos o dever de abstenção e respeito.¹⁴

Deste modo, os direitos da personalidade são absolutos em decorrência de seu caráter *erga omnes*, pois geram a toda a coletividade um dever geral de abstenção, de respeito aos direitos da personalidade dos demais indivíduos.

Porém, mesmo sendo absolutos, podem sofrer determinadas limitações em alguns casos. Um exemplo está na própria Constituição Federal, que prevê limitação do direito à vida, prevendo expressamente a possibilidade de pena de morte em caso de guerra declarada, conforme artigo 5º, inciso XLVII, alínea a.

1.7.2 Inatos:

Essa característica diz respeito ao fato de que os direitos da personalidade são inerentes à pessoa humana, a acompanham desde o início de sua existência até a morte.

Há, porém, alguns direitos que irradiam efeitos antes mesmo do nascimento como, por exemplo, a vida do nascituro, protegida pelo direito pátrio, que proíbe a prática do aborto.

De acordo com o Enunciado nº 1 CJF/STJ, da I Jornada de Direito Civil “a proteção que o Código defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura”, ou seja, independentemente do nascimento com vida, desde o momento da concepção, já há como falar na titularidade dos direitos da personalidade.

1.7.3 Vitalícios:

Os direitos da personalidade são titularizados por todas as pessoas, sem nenhuma condição para seu reconhecimento, sendo protegidos durante toda a existência da pessoa humana, irradiando efeitos para o nascituro, conforme demonstrado anteriormente, podendo gerar efeitos inclusive após a morte.

¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro, vl.1 Parte Geral*, 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2012, p.186

Aspecto que gera algumas dúvidas, é justamente a questão que envolve o fim dos direitos da personalidade. A personalidade termina com a morte, porém, há alguns casos em que a proteção dos direitos da personalidade é garantida mesmo após a morte do indivíduo, como por exemplo a honra e a memória do *de cujos* e o seu direito moral de autor.

Nesse sentido, o parágrafo único do Artigo 12 do Código Civil estabelece que “em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”, ou seja, as pessoas apontadas nesse artigo possuem legitimidade para exigir que cesse ameaça ou lesão à direitos da personalidade do *de cujos*.

1.7.4 Extrapatrimoniais:

Os direitos da personalidade não possuem valor patrimonial, ou seja, não são negociáveis, penhoráveis ou mensuráveis em pecúnia.

Porém, não se pode afirmar que os direitos da personalidade sejam absolutamente extrapatrimoniais. Em primeiro lugar porque a sociedade e o ordenamento jurídico já permitem a cessão onerosa de alguns desses direitos. Como exemplo podemos citar a participação em reality shows, participação em esportes perigosos como lutas livres, cessão do uso de imagem ou nome para atividades comerciais, etc.

Além disso, o caráter extrapatrimonial também não implica em dizer que a violação a esses direitos afaste a possibilidade de seu titular mover ação pleiteando indenização por danos morais. Deste modo, a lesão a qualquer dos direitos da personalidade, expressamente reconhecidos ou não pelo Código Civil, configura dano moral.

Sobre o tema, Anderson Schreiber¹⁵ afirma:

Certo que, na perspectiva da vítima, a lesão à sua personalidade é quase sempre irreparável. Isso não pode servir, contudo, como desculpa para deixar sem qualquer compensação o lesado. Nem se pode argumentar como fizeram os tribunais até meados da década de 1960, que indenizar a dor com dinheiro (pecúnia doloris) seria imoral. Imoralidade maior ocorreria se a vítima fosse deixada sem qualquer espécie de reparação. Daí ser, hoje, indiscutível, o direito do lesado à compensação pelo dano moral sofrido.

1.7.5 Imprescritíveis:

¹⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 16/18

Esses direitos são imprescritíveis na medida em que não há prazo extintivo para seu exercício. Por mais que o titular não faça uso de algum destes direitos, ele não irá se extinguir ou perecer pelo não uso ou pela inércia.

A imprescritibilidade dos direitos da personalidade, no entanto, não implica na imprescritibilidade da ação reparatória pecuniária do dano, ou seja, a ação de reparação por danos morais possui prazo extintivo.

Podemos citar como exemplo um sujeito que esteja usando indevidamente o nome de uma marca para vender seus produtos artesanais. A marca poderá ajuizar uma ação requerendo que seu nome não seja mais usado indevidamente, bem como requerendo a reparação pecuniária pelo dano causado. Para o primeiro pedido, não há prazo prescricional, porém, há prazo prescricional para o pedido de reparação do dano.

1.7.6 *Impenhoráveis:*

O caráter impenhorável dos direitos da personalidade impede que estes direitos sejam penhorados visando a satisfação de uma dívida, seja ela de qualquer natureza.

1.7.7 *Relativamente Indisponíveis:*

Esse instituto está relacionado à ideia de que os titulares dos direitos da personalidade não podem deles dispor, uma vez que não estão à disposição de seu titular para que possam ser abandonados, renunciados ou transmitidos a terceiros. São direitos que nascem e se extinguem com a pessoa.

Desse modo, os direitos da personalidade são caracterizados como direitos indisponíveis, uma vez que não se pode imaginar de forma generalizada a possibilidade de disposição, a qualquer título, de direitos personalíssimos das pessoas.

Decorrentes da indisponibilidade, temos a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade. O artigo 11 do Código Civil dispõe que os direitos da personalidade são **intransmissíveis e irrenunciáveis**, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.

Neste sentido, o legislador estabelece a impossibilidade de alienar ou transmitir os direitos da personalidade a outrem, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o direito de propriedade e os direitos de crédito, que podem ser livremente alienados. Os direitos da

personalidade, portanto, nascem e morrem com a pessoa, e, de acordo com o estabelecido no Código Civil, não podem ser cedidos, doados, emprestados ou recebidos por herança.

O caráter irrenunciável dos direitos da personalidade tratam, como o nome já sugere, da impossibilidade do titular deste direito renunciar ao seu exercício. O caráter intransmissível dos direitos da personalidade, por sua vez, deve ser compreendido como a impossibilidade de alteração de seu sujeito, ou seja, seu titular não pode dispor desses direitos, os transmitindo a terceiros, ao contrário do que ocorre com os direitos patrimoniais.

Porém, podemos dizer que esta característica não é absoluta, pois há a possibilidade de cessão de uso de alguns desses direitos, por isso podem ser conceituados como “relativamente” indisponíveis. Como exemplo podemos citar o sujeito que permite o uso comercial de seu nome ou imagem. Nesse sentido, discorre Gonçalves:

Alguns atributos da personalidade, contudo, admitem cessão de seu uso, como a imagem, que pode ser explorada comercialmente, mediante retribuição pecuniária. Os direitos autorais e o relativo à imagem, com efeito, por interesse negocial e da expansão tecnológica, entram na circulação jurídica e experimentam temperamentos, sem perder seus caracteres intrínsecos. É o que se apura na adaptação de obra para novela ou no uso da imagem para a promoção de empresas. Pode-se autorizar contratualmente, não só a edição de obra literária, como também a inserção, em produtos, de marcas, desenhos ou qualquer outra criação intelectual. Permite-se também a cessão gratuita do corpo humano, para fins altruísticos e terapêuticos. Pode-se concluir, pois, que a indisponibilidade dos direitos da personalidade não é absoluta, mas relativa.¹⁶

A própria Constituição da República, em seu artigo 199 §4º, prevê a possibilidade de disposição de partes do corpo humano para fins de proteção à saúde.

Em conclusão, conforme apontado, a indisponibilidade dos direitos da personalidade não é absoluta, mas relativa. Nessa direção, o Enunciado 4 da I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, estabeleceu que “O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral”.

Desse modo, o Artigo 11 do Código Civil, não pode ser interpretado de forma literal. Essa questão será discutida com maior profundidade no próximo capítulo, que trata justamente da limitação dos direitos da personalidade por vontade de seu próprio titular.

¹⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, Vl. 1 Parte Geral, Ed. Sarava, 10 Ed., 2012, São Paulo. p. 188

CAPÍTULO 2- A LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE:

O Código Civil, no primeiro dispositivo dedicado aos direitos da personalidade, além de determinar sua intransmissibilidade, acrescentou serem os mesmos “irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação voluntária”.

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.

O artigo em questão opta por um posicionamento radical, uma vez que, interpretando o dispositivo em sua literalidade, não seria permitida qualquer limitação voluntária dos direitos da personalidade, de modo que o consentimento do titular não traria qualquer efeito.

A função desse dispositivo foi objeto de estudo por Anderson Schreiber¹⁷, que questiona se o simples consentimento basta para tornar legítima a lesão aos atributos da personalidade. Segundo o autor, é plausível a preocupação do legislador em estabelecer a inviabilidade da limitação voluntária, porque a própria história mostra que se os homens forem deixados inteiramente livres, acabam renunciando os seus direitos mais essenciais. Em caráter ilustrativo podemos citar o exemplo da venda de órgãos, que mesmo proibida por lei, ainda ocorre clandestinamente no Brasil e em diversos países do exterior. Diversos acontecimentos históricos nos demonstram que para atender às suas necessidades o ser humano é capaz de sacrifícios extremos.

Deste modo, de acordo com o autor, o legislador acertou, em parte, ao estabelecer que os direitos da personalidade devem mesmo ser considerados irrenunciáveis, porém, no sentido de que seu titular não pode despedir-se deles de modo definitivo.

No entanto, o próprio autor considera exagerada a vedação de toda e qualquer limitação voluntária, pois isso implicaria na inviabilidade de atos que fazem parte da nossa sociedade e representam o livre desenvolvimento da personalidade humana. Portanto, quando o Artigo 11 veda “toda e qualquer limitação voluntária” aos direitos da personalidade, ocorre um equívoco.

¹⁷SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 26/29

Fato é que, em que pese o Código Civil de 2002, em seu artigo 11, venha a expressar que os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, “não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”, e ao longo dos artigos 11 e 21 traga previsões de várias ordens que vedam total ou parcialmente a limitação voluntária desses direitos, a disponibilidade relativa e voluntária dos direitos da personalidade no seu exercício é o que pauta as atuais relações entre sociedade e direito.

Efetivamente, os exemplos contemporâneos revelam que as bases clássicas dos direitos da personalidade são desafiadas rotineiramente por diversas práticas, note-se: a plena e voluntária exposição (da imagem, do pensamento, da honra, etc.) em redes sociais de toda espécie; a participação voluntária em programas televisivos como Big Brother, Casos de Família e Teste de Fidelidade (que tratam-se de clara interferência ao direito à privacidade, atributo essencial da personalidade humana.); a participação em esportes violentos ou perigosos como boxe e MMA, dentre diversos outros exemplos.

Em uma série de situações não previstas em lei, mas socialmente admitidas, as pessoas desejam, e aceitam limitar, pontualmente, o exercício de algum atributo da própria personalidade. Tal limitação, derivada da vontade do titular, não deve a toda evidência ser reprimida pela ordem jurídica, pois, em muitos casos, essa limitação se dirige à realização da dignidade humana daquele indivíduo.

Nesse sentido, a renúncia total ou parcial no exercício dos direitos da personalidade, por muitas vezes, conecta-se com o livre e autônomo desenvolvimento da personalidade humana ínsito de cada pessoa. Os direitos da personalidade devem ser entendidos como autoconstruções que viabilizam aos seus autores destinatários aquilo que, hoje, pode ser tomado como a grande busca do direito: a autorrealização.¹⁸

Em termos mais rasos, é a partir da renúncia total ou parcial do exercício de direitos da personalidade que uma pessoa pode ser o que ela é ou pretende ser, sentindo-se bem consigo mesma. É a partir disso que ela pode buscar seus projetos de vida, por mais estranhos que possam parecer, desde que, todavia, não se configurem em (auto)lesão à dignidade humana.

Ciente disso é que as Jornadas de Direito Civil buscaram uma interpretação dignificada dos direitos da personalidade. Para tanto, sugeriram, em relação ao Art. 11 do

¹⁸ STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se Torna o que Quiser*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p. 109/124.

Código Civil vigente, a possibilidade de autolimitação do exercício dos direitos da personalidade, reservando a apreciação de eventual inadequação para a análise caso a caso. De acordo com esse posicionamento, o Enunciado nº 4, aprovado na I Jornada de Direito Civil, afirma que “O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.”

Recorde-se, aliás, que os direitos da personalidade são direitos fundamentais. Assim, podem sofrer limitações voluntárias ou não. Ao lado disso, são dotados de dimensões defensiva e promocional: na primeira buscando o respeito e a proteção contra violações ou ameaças; e na segunda determinando ações em prol da concretização destes direitos. A confluência destas ideias faz com que os direitos da personalidade sejam efetivos “direitos” e não apenas “deveres” que o titular deve, tão-somente, proteger ou esperar uma violação para que possa usufruí-los.¹⁹

Mas é claro que a limitação voluntária a esses direitos não deve ser aceita em quaisquer circunstâncias. Ao jurista compete verificar a que interesses a vontade atende em cada situação concreta. Neste sentido, afirma Anderson Schreiber:

A autolimitação ao exercício dos direitos da personalidade deve ser admitida pela ordem jurídica quando atenda genuinamente ao propósito de realização da personalidade de seu titular. Deve, ao contrário, ser repelida sempre que guiada por interesses que não estão própria ou imediatamente voltados à realização da dignidade daquela pessoa.²⁰

No mesmo sentido:

Quando se analisaram as características dos direitos da personalidade, foi dito que, a priori, não há qualquer direito que seja absoluto em conteúdo, imune a qualquer tipo de restrição, mas conforme Ingo Sarlet, a possibilidade de restrição está sujeita a um limite, o chamado limite dos limites, no sentido de assegurar pelo menos o núcleo essencial dos direitos fundamentais, coibindo, assim, abusos que possam levar à supressão desses direitos. A dignidade, como pressuposto e fundamento dos direitos fundamentais, é também empregada como limite dos direitos e limite dos limites; a última fronteira dos atos restritivos dos direitos fundamentais. Não há, portanto, como dispor da própria dignidade, até porque ela é um valor, o valor fundante e princípio supremo da ordem jurídica.²¹

¹⁹ TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional* (coordenador), Rio de Janeiro: Renovar, 3ª edição, 2007 p. 23

²⁰ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 27

²¹ CANTALI, Fernanda Borghetti. *Direitos da personalidade: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana*, Porto Alegre, Livro do Advogado, 2009, p. 239

Ante o exposto, pode-se afirmar que o artigo 11 do Código Civil não deve ser interpretado de modo literal. A limitação voluntária ao exercício dos direitos da personalidade tem sido admitida pela comunidade jurídica em numerosas situações.

Ao que parece o Art. 11 veda atos de autonomia privada que disponham contratualmente sobre certos direitos da personalidade, não limitando, necessariamente a liberdade de escolha de as pessoas conduzirem sua vida conforme sua vontade, o que chamamos de autodeterminação. Como é corrente na vida contemporânea são comuns os casos de autolimitação dos direitos da personalidade, o que em grande medida pode ser considerado como necessário para o próprio desenvolvimento humano, através, por exemplo, da realização de pesquisas médicas, doação de sangue, entre outros.

Caberá, portanto, ao jurista e intérprete da norma, verificar a legitimidade das limitações a esses direitos. Na prática, essa análise não é nada simples, pois o legislador não teve cuidado em especificar os parâmetros que devem guiar o controle da legitimidade de tais limitações.

Anderson Schreiber²², apresenta em seu livro alguns aspectos que devem ser levados em conta pelo intérprete da norma, na análise da legitimidade das limitações aos direitos da personalidade.

Em primeiro lugar, o autor afirma que, deve-se analisar a duração e alcance. Qualquer autolimitação de caráter irrestrito ou permanente não deve ser admitida, por se equiparar à renúncia.

A ordem jurídica permite, por exemplo, que alguém assine um contrato para autorizar a veiculação de sua imagem em determinada campanha comercial, mas não consideraria válido o ajuste por meio do qual a mesma pessoa autorizasse o uso de sua imagem “em qualquer publicidade”, “de qualquer modo”, “para sempre” e “para qualquer fim”.

Isso, contudo, não basta. Ao lado da duração e alcance da autolimitação, cumpre analisar a sua intensidade, ou seja, o grau de restrição que impõe ao exercício dos direitos da personalidade. Em exemplo, o expectador de uma comédia teatral pode consentir em ser alvo de brincadeiras que façam o público rir, Sua autorização não permite, todavia, que seja humilhado no palco ou reduzido a mero objeto do lazer alheio.

²² SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 28

Além disso, é imprescindível examinar sua finalidade. Qualquer limitação voluntária do exercício de um direito da personalidade deve estar vinculada a um interesse direto e imediato de seu próprio titular.

A ordem jurídica tolera, por exemplo, a inserção de um microchip sob a pele de uma pessoa, destinado ao controle de suas funções vitais ou monitoramento de sua saúde. Não concordaria, portanto, com consentimento do empregado para inserir o mesmo microchip em sua pele se o aparato estiver destinado a controlar os horários de ingresso e saída no ambiente de trabalho.

Note-se: em ambas as hipóteses há limitação voluntária à integridade física, de igual duração e alcance restrito, mas, enquanto o primeiro exemplo atende a interesses exclusivos de seu titular, o segundo atende primordialmente ao interesse do empregador.

A utilização desses parâmetros não quer dizer que seja fácil a tarefa de encontrar uma solução e controlar a legitimidade das limitações voluntárias ao exercício dos direitos da personalidade. Se, de um lado, a ordem jurídica não deve tolerar a redução, ainda que voluntária, da dignidade do homem, de outro lado é muito importante evitar o perigo oposto, que consiste em sufocar, a título de proteção, novas manifestações da dignidade humana.

Os critérios apresentados, auxiliam o jurista a evitar preconceitos na análise dos diferentes casos concretos. Não representam, contudo, garantia de consenso.

De qualquer forma a cautela é sempre bem-vinda, pois, se de um lado é imperioso repensar a renúncia e/ou a disponibilidade relativa dos direitos da personalidade no seu exercício com vistas ao respeito e à promoção do livre desenvolvimento da personalidade, por outro lado carece-se estar atento aos limites destas disposições e renúncias com base na dignidade humana. É válido atentar, assim, para a crescente tensão entre liberdade no manejo dos direitos da personalidade e o risco de mercantilização desses direitos, o que culminaria na “coisificação” da pessoa humana.²³

²³ SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 9-20.

CAPÍTULO 3 - TEMAS POLÊMICOS ENVOLVENDO OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E SUA LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA:

3.1 Direito ao Próprio Corpo:

Com relação ao direito ao corpo, e sendo este um direito da personalidade, Bittar afirma integrar-se "nesse direito as qualificações próprias dos direitos da personalidade, sendo de realçar-se o caráter de direito *ad vitam* de que se reveste, acompanhando o ser, pois, desde a formação à extinção da vida".²⁴

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece o direito do ser humano à integridade psicofísica em uma série de dispositivos.

O Código Civil de 2002, por sua vez, limitou-se a contemplar o direito à integridade psicofísica sob um único aspecto: o dos atos de disposição do corpo humano. Neste sentido, a codificação veio cuidar tão somente da relação entre a proteção ao corpo e a vontade de seu titular, procurando determinar em quais circunstâncias pode uma pessoa “dispor”, no todo ou em parte, de seu próprio corpo.

O Artigo 13 do Código Civil, portanto, estabelece o seguinte: “Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.”

De acordo com Anderson Schreiber²⁵, podem ser dirigidas três críticas ao mencionado dispositivo. Em primeiro lugar, ao autorizar qualquer disposição do corpo por exigência médica, o Art. 13 parece elevar a recomendação clínica a um patamar superior a qualquer avaliação ética ou jurídica.

Segundo, ao vedar a disposição do próprio corpo que importe “diminuição permanente da integridade física” o artigo sugere que estariam autorizadas reduções não permanentes, o que se mostra extremamente perigoso.

²⁴ BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*, 3ª ed. atualizada por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999, p. 82

²⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 34

Por fim, afirma que o artigo alude à noção de “bons costumes”, ideia tão vaga e imprecisa que pode abarcar qualquer atitude que se desvie um pouco mais do padrão habitual de comportamento, o que pode causar sérias dificuldades.

Com relação à indisponibilidade do próprio corpo, prevista no Art. 13, Stancioli²⁶ afirma que o artigo, ao coloca-la como regra geral, suscetível de exceção apenas para a exigência médica ou para fins de transplantes de órgãos ou tecidos, torna impossível a vivência do Estado Democrático de Direito, na medida em que não se tem liberdade quanto ao uso do próprio corpo.

De acordo com Fernanda Cantali²⁷ a tutela da personalidade deve ser a mais ampla possível, para garantir as inúmeras manifestações da personalidade humana, atingindo qualquer situação jurídica relacionada a algum de seus direitos. Portanto, com o reconhecimento da importância e essencialidade dos direitos da personalidade, não se pode negar a possibilidade de dispor destes direitos, em expressão da autonomia da pessoa.

Não existem somente situações de absoluta proteção dos direitos da personalidade, deve ser cedida ao titular a capacidade de dispor dos seus direitos fundamentais. Nesse sentido, Cantali afirma que a disposição não é um ato de abdicação do seu direito, mas sim um ato de exercício, de realização de seu interesse, e por muitas vezes responsável pela promoção da dignidade de seu titular.

A autora reconhece a possibilidade de se ultrapassar o limite legal para tutelar as novas manifestações da personalidade, pois, conforme seu entendimento, o rigor normativo não assegura a tutela necessária dos direitos da personalidade e a legislação atual não satisfaz as novas situações.

Podemos dizer, portanto, que o direito ao próprio corpo, como todo direito da personalidade, não é um direito absoluto e admite limitação voluntária por parte de seu titular, em alguns casos. Porém, como o Código Civil trata da matéria de maneira superficial, por muitas vezes não há um consenso com relação a legitimidade dos atos de disposição do corpo. Serão analisados adiante, alguns casos polêmicos envolvendo a matéria, nos quais serão abordados as divergências existentes em cada uma das situações.

²⁶ STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se Torna o que Quiser*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p. 109/124.

²⁷ CANTALI, Fernanda Borghetti. *Direitos da personalidade: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana*, Porto Alegre, Livro do Advogado, 2009, p. 156

3.1.1 *Bons Costumes, BodyArt e BodyModification:*

Conforme apontado, o Art. 13 ao tratar dos atos de disposição do corpo, afirma que “salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.”

Porém, a noção de bons costumes é uma noção muito vaga e imprecisa e, portanto, a alusão a esse conceito em matéria de disposição do próprio corpo mostra-se extremamente preocupante.²⁸

Práticas muito difundidas como o *bodyart*, incluem modificações corporais mais “brandas” como por exemplo, a inserção de piercings e tatuagens, e costumam ser aceitas socialmente e enquadradas no que conhecemos como “bons costumes”. São práticas que não constituem intervenção física grave o bastante para atrair a proibição jurídica do ato.

Por outro lado, temos a prática do *Body Modification*, que abrange formas mais “extremas” de modificação do próprio corpo por razões que não sejam médicas. A prática abrange desde intervenções, como o alongamento de lábios e orelhas até alterações mais drásticas. Podemos citar, a título de exemplo, as alterações implementadas por Erik Sprague, que se submeteu a diversas cirurgias com a finalidade de se assemelhar a um lagarto.

No caso em questão, muitos irão defender a ideia de que uma modificação tão intensa no próprio corpo, como a realizada por Erik, contraria os bons costumes.

O extremismo das práticas de modificação corporal que importam alterações permanentes no corpo, com a diminuição da integridade física, pode ter razões múltiplas, menos médicas. Trazem nestes casos um forte impacto social. As práticas de *body modification* geralmente causam estranheza de pessoas não adeptas, em razão do radicalismo das modificações a que submetem o corpo.²⁹

Desse modo, o fenômeno do *body modification*, ainda gera muitas dúvidas e polêmicas, constituindo relevante objeto de estudo no campo do Direito. Por isso, tendo em vista as possíveis lesões à integridade física decorrente das práticas de modificação corporal, deve-se procurar responder qual é o limite imposto a uma pessoa, em sua autonomia corporal,

²⁸ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 35

²⁹ VIEIRA, Mônica Silveira. *O corpo e o Direito*. 2010. 166 f. Tese de Doutorado em Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010

na disposição de seu próprio corpo para a concretização de tais práticas, identificando parâmetros que permitam verificar se configuram atos lícitos e legítimos ou, em caso contrário, vedados pelo Direito Brasileiro.

. Porém, ao enquadrar a atitude como contrária aos bons costumes, não podemos deixar de levar em consideração, que existem outras práticas de alteração corporal, como por exemplo as cirurgias estéticas, que, embora rejeitadas de início, hoje são aceitas em nosso meio social e enquadradas no que a sociedade considera como “bons costumes”.

Tendo isso em vista, surgiu mais de um posicionamento à respeito da legitimidade da prática em questão.

Fernanda Cantali³⁰ entende que, apesar do extremismo das práticas de modificação corporal implicar um forte impacto na sociedade, a repulsa a tais práticas não é geral, verificando-se pela quantidade crescente de adeptos a *body modification*, uma relativa aceitação.

Segundo a autora, não há uma resposta jurídica no plano civil para a questão, não sendo possível impor uma sanção à pessoa que consentiu com a agressão a sua integridade, renunciando a um direito fundamental por vontade própria e em atendimento a interesses pessoais. A autora entende que o ato de disposição do próprio corpo, como manifestação da autonomia da pessoa e de sua liberdade, demonstra o desenvolvimento da sua personalidade, não tendo que se falar em repressão.

Nesse mesmo sentido, Anderson Schreiber³¹ afirma que práticas como o *bodyart* e o *body modification* não podem ser tratadas como ameaças capazes de atrair a rejeição do direito. O autor defende que em uma sociedade plural, conceder aptidão proibitiva a uma noção tão imprecisa como a de “bons costumes” implica frear atitudes que podem vir a configurar modos inovadores de expressão artística, de manifestação intelectual ou de simples entretenimento.

Em sentido contrário aos posicionamentos apresentados, há autores que defendem a ilicitude das práticas de modificação corporal extremas. Alegam, para isso, que a ilicitude fica estabelecida pelos limites descritos em lei e pela ordem pública, de modo que não se pode

³⁰ CANTALI, Fernanda Borghetti. *Direitos da personalidade: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana*, Porto Alegre, Livro do Advogado, 2009, p. 189

³¹ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 37

admitir a prática do *body modification* como um ato lícito quando importa em diminuição permanente da integridade física ou tem por finalidade o distanciamento das características humanas.

Em conclusão, podemos afirmar que não existe um consenso a respeito da legitimidade de práticas como o *body art* e o *body modification*, uma vez que a legislação não estabelece parâmetros para casos como estes. Compete ao jurista a difícil tarefa de analisar a legitimidade dos atos de disposição do corpo, devendo, para isso, verificar os interesses envolvidos e os propósitos que pretendem atender.

3.1.2 Cirurgias de Mudança de Sexo e a Exigência Médica:

Conforme demonstrado, o Artigo 13 do Código Civil é alvo de críticas. Isso porque, na interpretação literal do dispositivo, toda diminuição definitiva da integridade física estaria vedada, com exceção daquelas autorizadas por “exigência médica”.

Como sabemos, existem inúmeras intervenções físicas permanentes que hoje são socialmente aceitas e que não são, necessariamente, motivadas por uma exigência médica. Uma dessas intervenções são as cirurgias plásticas de caráter estético. Não há, nesse caso, exigência médica no sentido de “necessidade”, tais intervenções atendem a uma exigência estética do próprio paciente.

Anderson Schreiber, em seu livro, dirige uma crítica à chamada “verdade médica”³² sob o argumento de que a exigência médica estabelecida no Art. 13 do Código Civil, acaba transferindo dos juristas para os médicos o problema extremamente delicado dos limites da autodisposição do próprio corpo, um problema que, de acordo com o autor, é mais estético do que ético.

Afirma que a supervalorização da verdade médica acaba estimulando uma abordagem patológica de certas questões culturais, como se vê no tratamento dispensado no Brasil às cirurgias de transgenitalização, também conhecidas como cirurgias de mudança ou readequação de sexo.

De acordo com a Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, as cirurgias de mudança de sexo são autorizadas como tratamento nos casos em que o “paciente

³² SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 43 e 44

transexual” é “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual” resultando em uma “rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou extermínio”.

Deste modo, examinando a referida Resolução em conjunto com o Artigo 13 do Código Civil, podemos concluir que a cirurgia de mudança de sexo é autorizada no Brasil, desde que um médico ateste o estado patológico do seu paciente, atendendo, desta forma, o requisito da “exigência médica”.

De acordo com Anderson Schreiber, o resultado pode parecer progressista, já que se permite que, nessas circunstâncias, a cirurgia de mudança de sexo seja realizada. Porém, de acordo com o autor, a abordagem “é a mais retrógrada possível”. Isso porque, a opção sexual vem tratada como doença e o promissor debate jurídico e ético em torno da autonomia corporal fica reduzido a uma questão supostamente técnica, em que o elemento determinante passa a ser um atestado médico.

3.1.3 Amputees-by-Choice e a Verdade Médica:

Amputees-by-choice, são pessoas que se amputam por vontade própria e, nesses casos, a medicina identifica os pacientes com uma espécie de distúrbio de inadequação anatômica conhecido como TIIC- transtorno de identidade de integridade corporal. Pessoas portadoras da doença, entendem que seu corpo não está completo em seu estado atual.

O transtorno não é reconhecido no DSM, principal manual de psiquiatria. Mas, numa pesquisa de 2004, o psiquiatra Michael First, editor do DSM, identificou 52 portadores do transtorno. Deles, 9 já tinham se amputado, 6 por conta própria e 3 com cirurgiões. De acordo com o psiquiatra:

A razão mais comumente apresentada para querer uma amputação é o sentimento de que ela corrigiria uma discrepância entre a anatomia da pessoa e seu sentimento de ‘verdadeiro’ eu. Em geral, esse sentimento de rejeição ao membro começa na infância ou no início da adolescência. E não se trata de um desejo qualquer. Nem psicoterapia nem medicação mudam a vontade de se livrar de parte do corpo.³³

Minoritariamente, alguns médicos tem defendido, nessa direção, a realização da cirurgia para obter a amputação desejada a fim de evitar o agravamento do estado psicológico do paciente.

³³ AMPUTADOS por opção – 4 é demais. *Super Interessante*. 19, maio, 2012. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/amputados-por-opcao-4-e-demais/>> Acesso em 25 de maio de 2017

As duas únicas cirurgias realizadas legalmente, ocorreram na Escócia, pelo cirurgião Robert Smith, que em 1990, amputou as pernas de dois pacientes fisicamente saudáveis. O cirurgião alegou atender à “exigência médica de encerrar o sofrimento daqueles pacientes” que, segundo relatou, seriam capazes de promover a automutilação “em uma linha de trem” ou “utilizando armas de fogo”, com sério risco de vida para si e para terceiros.³⁴

Por outro lado, é evidente que muitos médicos vão em total desacordo com a opinião de Robert Smith, e jamais defenderiam a realização de uma cirurgia para amputar membros de pacientes saudáveis.

Deste modo, podemos constatar que o critério da exigência médica pode assumir contornos muito flexíveis. Neste sentido:

Controvérsias como aquelas envolvendo os amputees-by-choice e as cirurgias de mudança de sexo gravitam em torno de escolhas que não são biológicas, nem clínicas, mas éticas e valorativas, ainda que amplamente baseadas em dados técnicos. Para tais escolhas, um jurista não está menos habilitado que um médico. Se é verdade que aqui como em todos os outros campos a verdade jurídica não é verdade por inteiro, tampouco o será a verdade médica. O melhor remédio há de surgir não de uma prevalência de uma verdade sobre a outra, como sugere o artigo 13 do Código Civil, mas de um aberto diálogo no meio social.³⁵

Portando, Schreiber defende que o direito ao próprio corpo não deve ser visto como uma exigência social de ordem e segurança, mas como um instrumento de realização da pessoa.

As divergências que pairam sobre esse tipo de questão deveriam sofrer uma abordagem mais abrangente, que não as reduza a um entendimento médico, mesmo porque, a conclusão alcançada pelos médicos nem sempre é unânime, como revela o caso do amputees-by-choice.

3.1.4 Transplante de Órgãos:

Para regular a matéria de transplante de órgãos o Congresso Nacional editou a Lei 9.434 de 1997. O artigo 4º da mencionada lei, estabelecia o seguinte:

Salvo manifestação de vontade em contrário, nos termos desta Lei presume-se autorizada a doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, para finalidade de transplantes ou terapêutica post mortem.

³⁴ SEDDA, Anna. New hope for people obsessed with amputating one of their own limbs. *The Conversation*.3, junho, 2016. Disponível em: < <https://theconversation.com/new-hope-for-people-obsessed-with-amputating-one-of-their-own-limbs-59184>>. Acesso em 25 de maio de 2017

³⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 45

Na mesma época, por meio do Decreto nº 2.268 de 1997, tomou-se como iniciativa registrar nas carteiras de identidade a vontade do possível doador referente à doação de órgãos.

Conforme podemos verificar, a referida Lei chegava a presumir, em seu artigo 4º, a intenção de todas as pessoas de disporem, após a morte, de tecidos, órgãos ou partes do corpo para transplante, “salvo manifestação de vontade em contrário”.

Deste modo, somente se o indivíduo manifestasse sua vontade no sentido de que não desejava ser um doador, é que esta poderia não ocorrer, caso contrário, a doação ocorreria sem nenhuma manifestação do possível doador.

A mencionada lei tinha como intuito aumentar o número de doações de órgãos no Brasil, porém, não teve boa receptividade, pois muitos acreditavam que era necessário dar voz e informação ao possível doador, para que ele detivesse o poder de escolha. Como consequência, foi editada uma nova lei, a Lei 10.211 de 2001, que modificou profundamente a legislação anterior.

No campo da disposição *post mortem*, a referida Lei determina:

Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.

O mencionado artigo dispõe que a família é a responsável pela decisão sobre a doação de órgãos de parentes falecidos. Não existe, portanto, amparo jurídico à manifestação de vontade do doador potencial, circunstância que revela a prevalência do monopólio de decisão familiar na hipótese de um confronto entre a vontade do doador e a vontade da própria família.

Muitos autores defendem que essa delegação à família, mesmo que em morte, representa um regresso ao processo de transplantes no Brasil e uma ofensa à capacidade e autonomia do indivíduo.

Além disso, como restou vetado o parágrafo único que dispensava a autorização dos familiares para a retirada de órgãos, diante de registro feito em vida pelo próprio falecido, a nova redação criada pela lei 10.211 tem sido interpretada no sentido de que o aval da família se faz necessário mesmo nos casos em que o morto tenha deixado expressa autorização para o transplante.

Em mensagem de veto, o legislador assim se posicionou:

Razões do veto: A inserção deste parágrafo induz o entendimento que, uma vez que o potencial doador tenha registrado em vida a vontade de doação de órgãos, esta manifestação em si só seria suficiente como autorização para a retirada dos órgãos. Isto além de contrariar o disposto no caput do art. 4º - a autorização familiar contraria a prática da totalidade das equipes transplantadoras do País, que sempre consultam os familiares (mesmo na existência de documento com manifestação positiva de vontade do potencial doador) e somente retiram os órgãos se estes, formalmente, autorizarem a doação.³⁶

Tal interpretação subordina a autonomia corporal do indivíduo à vontade de terceiros, atribuindo aos parentes o “direito sobre o corpo alheio”, capaz de prevalecer mesmo contra a vontade do falecido.

Por meio do atual artigo 4º da Lei de Transplantes, as famílias dos potenciais doadores passaram a ser as únicas responsáveis pelos órgãos do ente falecido, assumindo a responsabilidade pelo destino destes. Não se prestigiou, portanto, a vontade do potencial doador, mesmo que em vida este tivesse deixado clara sua intenção, seja por documento formal ou pessoal, seja por qualquer meio idôneo de manifestação.

Trata-se de grave atentado contra o valor constitucional da dignidade humana, que pressupõe a plena autodeterminação individual em tudo aquilo que não gere risco para si ou para a coletividade. Subordinar a vontade do doador, em matéria corporal, ao consentimento de cônjuge ou parentes é desconsiderar a vontade individual naquilo que possui de mais próprio e íntimo: a sua autonomia corporal.³⁷

Anderson Shreiber, porém, acredita que é possível seguir outro caminho, contanto que o intérprete dê maior peso ao Artigo 14 do Código Civil. Tal dispositivo estabelece o seguinte:

Art. 14 É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser revogado livremente a qualquer tempo.

Neste sentido, o autor defende a ideia de que o mencionado artigo reconheceu, sem qualquer ressalva, a validade do ato de disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, não exigindo, para tanto, o aval dos familiares. Isso importaria dizer que, como norma

³⁶ BRASIL. Mensagem n. 252, de 23 de março de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2001/Mv252-01.htm> Acesso em: 25 de maio de 2017

³⁷ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 48/52

posterior à lei 10.211 de 2001, o Código Civil de 2002 avocou para si o tratamento da matéria, de modo que a lei específica teria incidência limitada àqueles casos em que, não havendo manifestação em vida do doador, não seja possível aplicar o Art. 14.³⁸

Tal entendimento, apesar de ser mais compatível com os valores constitucionais, é minoritário, pois, o mencionado dispositivo do Código Civil diz muito pouco à respeito da questão e, por isso, tem sido desprezado em face da lei especial.

3.1.5 Direito à Vida e Transfusão de Sangue para Testemunhas de Jeová:

As Testemunhas de Jeová, mediante sua crença, se recusam ao uso e consumo de sangue, humano ou animal, de modo que não podem receber transfusões de sangue.

Apesar disso, muitos acabam sendo submetidos a procedimentos de transfusão, mesmo contra sua vontade. Tal prática é baseada em um direito do próprio paciente: o direito à vida.

No caso em questão há uma evidente colisão entre direitos fundamentais: o direito à vida e o direito de liberdade de consciência e de crença. Paralelo a este conflito, podemos notar que este também é um caso de limitação voluntária de um direito da personalidade, envolvendo um ato de disposição do próprio corpo.

O STF já emitiu decisões que dão primazia ao direito à vida. Neste mesmo sentido, a Resolução 1.021/1980 do Conselho Federal de Medicina estabelece que “se houver iminente perigo de vida, o médico praticará a transfusão de sangue, independentemente de consentimento dos pacientes ou seus responsáveis”.

Porém, o entendimento que estabelece a supremacia do direito à vida não é pacífico. Muitos defendem a ideia de que a Constituição não estabeleceu qualquer hierarquia entre o direito à vida e os outros direitos individuais.

Papel prioritário, porém, possui a dignidade da pessoa humana, eleita como fundamento da República. Deste modo, nenhum direito individual deveria receber proteção absoluta. São protegidos apenas enquanto e na medida em que se dirigem à promoção da dignidade humana.³⁹

³⁸ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 48/52

³⁹ *Ibid.*

Dessa forma, em sentido contrário ao posicionamento do STF e do Conselho Federal de Medicina, muitos autores acreditam que a submissão forçada aos cuidados médicos, no caso das Testemunhas de Jeová, à transfusão de sangue, implicaria em afronta a dignidade humana.

Finalmente, apenas a título de ilustração do quão dramática é a situação fática, em um relato de um obstetra, descrito na obra de Miguel Kfoury Neto, o médico conta que "para salvar a vida de uma paciente, que se recusava terminantemente, por motivos religiosos, a consentir em transfusão, após difícil parto, praticou tal ato, contra a vontade da parturiente e de seu marido. A mulher, após obter alta, não foi aceita em seu lar, pelo cônjuge, nem pôde mais frequentar a Igreja, sendo repudiada por todos."⁴⁰

Por esse relato, pode-se concluir que se trata de situação extremamente delicada, a qual requer um juízo de ponderação minucioso, que leve em consideração todos os valores envolvidos.

3.1.6 Eutanásia e Ortotanásia:

A eutanásia é um procedimento médico que tem por finalidade abreviar a vida de determinado indivíduo, com o consentimento deste. Saliente-se que a eutanásia é geralmente apresentada como uma morte “suave”, onde se busca um alívio imediato com o fito de pôr fim a realidade desumana vivenciada por determinados pacientes.

Insta salientar que, conforme leciona Nucci⁴¹, podemos encontrar até três conceitos diversos para o mesmo fenômeno. A eutanásia propriamente dita já restou conceituada, diante disso, passamos para análise do conceito da ortotanásia.

A ortotanásia, chamada também de eutanásia omissiva, caracteriza-se pela omissão de tratamentos considerados fúteis, tendo em vista que não possuem mais capacidade de salvar a vida do paciente. Nesse caso, o médico ao atestar que o enfermo se encontra totalmente desenganado pela medicina, deixa de aplicar os medicamentos que prolongariam

⁴⁰ LEME, Ana Carolina Reis Paes. Transfusão de sangue em testemunhas de Jeová. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 1, abr., 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6545>>. Acesso em: 11 maio 2017.

⁴¹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 9 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 589

artificialmente a vida da vítima, portadora de moléstia incurável, em estado terminal e irremediável.

Esses procedimentos, tem sido atualmente objeto de discussões abrangendo o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, uma vez que os indivíduos possuem a liberdade, ou deveriam ter, quanto às decisões que desejam tomar.

O fato é que distintas são as opiniões quanto a possibilidade de aplicação da eutanásia em pessoas cujo estado de saúde é de grave sofrimento. De um lado temos o direito à vida, de outro o direito à liberdade e dignidade humana, no entanto, é necessário analisar com presteza qual direito melhor se aplica a cada situação, a fim de concretizar as garantias constitucionalmente previstas.⁴²

Nos dizeres de Luiz Flávio Borges D'Urso:

A eutanásia no Brasil é crime, trata-se de homicídio doloso que, em face da motivação do agente, poderia ser alcançado à condição de privilegiado, apenas com a redução da pena. Laborou com acerto o legislador penal brasileiro, não facultando a possibilidade da eutanásia. Ocorre, todavia, que na prática a situação é bem diferente, pois envolve além do aspecto legal, o aspecto médico, sociológico, religioso, antropológico, entre outros. Portanto, necessário se faz a elaboração de uma norma jurídica que trate de forma clara e direta a respeito da aplicação da eutanásia em pacientes terminais, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Carta Política de 1988, visto que gozar do direito à vida nem sempre constituirá respeito a tal princípio, ora, se uma pessoa encontra-se enferma, no leito de um hospital, como poderá usufruir dos direitos a ela inerentes? Neste sentido, a afirmação acima explicitada torna-se ineficaz diante de um indivíduo que nem sequer pode caminhar em liberdade, rumo à concretização de seus próprios ideais⁴³

Nosso ordenamento jurídico entende, por muitas vezes, que a vida é um direito irrenunciável e que esta não poderá ser suprimida por nenhum meio artificial.

Fato é que, não há norma expressa no nosso ordenamento jurídico à respeito da eutanásia, porém, majoritariamente, a prática é rejeitada, sendo classificada como crime de homicídio privilegiado, conforme o Art. 121, § 1º do Código Penal.

⁴² DELFINO, Daisy. *Eutanásia, Direito de Vida e Morte*. Jurídico Certo. 31,10, 2016. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/maria-daisy-delfino/artigos/eutanasia-direito-de-vida-e-morte-3033>> Acesso em: 20 de maio de 2017

⁴³ D'URSO, Luiz Flávio Borges. *A Eutanásia no Direito Brasileiro*. OAB-SP, 2005. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/prisciladinizmatos/artigos/a-eutanasia-e-o-direito-de-morrer-1553>> Acesso em: 20 de maio de 2017

Todavia, o direito à vida não pode ser entendido como absoluto, assim como nenhum direito o é. Marcos Aurélio, ex-ministro do STF, aduzia que viver é um direito e não uma obrigação, e que não há dignidade em uma vida vegetativa. Prolongar a vida é, em alguns casos, justamente desrespeitá-la, isso porque a vida não é completa sem sua dignidade, que abarca, entre outros fatores, o do viver saudável.⁴⁴

Neste sentido, podemos citar a história de Nancy Cruzan, que, aos 25 anos, em 1983, foi vítima de um acidente automobilístico. Nancy recuperou suas funções vitais mas não sua consciência, ingressando à partir daí, no que se denomina “estado vegetativo permanente”.

Sua família, no intuito de obter o direito de retirar o tubo que a alimentava, deixando-a morrer, promoveu uma ação judicial com base na alegação de que Nancy havia manifestado diversas vezes sua intenção de não ser mantida em estado vegetativo.

A batalha legal da família terminou apenas em 1990, 7 anos depois, quando o pleito foi acolhido pela Corte de Missouri, com base em novas provas da intenção inequívoca de Nancy.

O Conselho Federal de Medicina, deliberando sobre pacientes em fase terminal de enfermidades graves e incuráveis, diz que é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal. Neste sentido, publicou a Resolução nº 1.805 de 2006, que dispõe:

Art. 1º É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal. § 1º O médico tem a obrigação de esclarecer ao doente ou a seu representante legal as modalidades terapêuticas adequadas para cada situação. § 2º A decisão referida no caput deve ser fundamentada e registrada no prontuário. § 3º É assegurado ao doente ou a seu representante legal o direito de solicitar uma segunda opinião médica.

Art. 2º O doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar.

⁴⁴ MARINS, André Luiz Fernandes. *A Eutanásia no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. Âmbito Jurídico. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12717> Acesso em: 20 de maio de 2017

Porém, decisão de antecipação de tutela proferida em âmbito de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal suspendeu, em 2007, a eficácia da Resolução em questão, ao argumento de que tal modificação no ordenamento jurídico não poderia advir de mera resolução.⁴⁵

Porém, é nesse sentido que se busca uma atualização legislativa, buscando um tratamento à questão de forma mais compatível com os valores constitucionais e que prima pela dignidade da pessoa humana.

Além disso, as transformações sociais são de grande valia para que se proceda a uma justa decisão jurídica.

Neste sentido, Maria de Fátima Freire de Sá afirma:

Não obstante a polêmica que paira sobre a questão, vários países, de alguma forma, vêm se manifestando sobre a morte requerida por aqueles que já não encontram qualquer forma de prazer em viver. O direito é uma ciência que acompanha as mudanças sociais e regula as relações entre indivíduos titulares de direitos e deveres em um determinado ordenamento jurídico, cuja função deve alcançar interesses divergentes e pacíficos à coletividade.⁴⁶

Desta forma, resta claro que, nossa legislação ainda deve evoluir, no sentido de permitir – com as devidas cautelas legais, é claro – as práticas da eutanásia e da ortotanásia.

3.1.7 O Direito à Morte Digna:

Conforme demonstrado, a eutanásia não é um tema que apresenta solução unívoca. De acordo com Anderson Shreiber⁴⁷ existem alguns critérios aplicáveis à ampla diversidade de situações que suscitam o exercício do direito à morte digna:

Para o autor, em primeiro lugar deve-se respeitar a expressa recusa ao tratamento, manifestada pelo paciente consciente, capaz e devidamente informado das consequências de sua decisão, mesmo quando a recusa possa justificar direta ou indiretamente na extinção de sua existência.

⁴⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 58

⁴⁶ SÁ, Maria Fátima Freire de. *Direito de morrer: Eutanásia, Suicídio Assistido*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 179

⁴⁷ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 67

Afirma ainda que, se o paciente estiver inconsciente ou por qualquer outra razão impedido de se exprimir livremente, sua manifestação prévia de vontade deve ser respeitada, admitindo-se o não atendimento da sua manifestação de vontade apenas diante de mudanças significativas na eficiência ou na variedade dos tratamentos médicos disponíveis que possam afetar a vontade do paciente.

Se o paciente não for capaz de exprimir sua intenção e não tiver feito prévia declaração à respeito da matéria, o autor afirma que será necessário reconstruir sua vontade, à luz de sua concepção de vida, extraindo de seu próprio comportamento pregresso aquele que seria sua decisão diante das circunstâncias concretas em que se encontra.

Portanto, como é possível notar, de acordo com Schreiber, a vontade do indivíduo deve ser sempre respeitada e levada em consideração e, apenas dessa forma, o direito à uma morte digna será respeitado.

3.1.8 O Aborto de Fetos Anencefálicos:

O aborto, como se sabe, é tipificado como crime no Brasil. Porém, tratamento diverso é dado com relação à interrupção da gravidez de fetos anencefálicos. A anencefalia caracteriza-se pela ausência total ou parcial do encéfalo, derivada de uma má formação do feto e trata-se de uma anomalia letal. A expectativa de vida de bebês anencefálicos é bastante curta, embora não se possa determinar com precisão o tempo de vida desses bebês.

Para o direito civil, a personalidade somente se inicia com o nascimento com vida, por isso, a decisão com relação ao aborto recairia no domínio de autodeterminação corporal da gestante.⁴⁸

O Código Penal, ao criminalizar a prática do aborto, porém, traz algumas situações em que o aborto não é punido no direito brasileiro:

Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico:

- I- Se não há outro meio de salvar a vida da gestante;
- II- Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Com relação à interrupção da gravidez nos casos de feto anencefálico, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, promoveu ação judicial visando descriminalizar a prática. Em 2004, o Ministro Marco Aurélio de Mello concedeu liminar reconhecendo “o

⁴⁸ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 78

direito constitucional da gestante de submeter-se à operação terapêutica de parto de fetos anencefálicos, a partir de laudo médico atestando a deformidade, a anomalia que atingiu o feto”. Destacou ainda, em sua decisão:

(...) a gestante convive diuturnamente com a triste realidade e a lembrança ininterrupta do feto, dentro de si, que nunca poderá se tornar um ser vivo. Se assim é – e ninguém ousa contestar – trata-se de situação concreta que foge à glosa própria ao aborto – que conflita com a dignidade humana, a legalidade, a liberdade e a autonomia da vontade.⁴⁹

Somente em abril de 2012, quase oito anos após a propositura da ação, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o pedido era procedente, assegurando que a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos não era crime no Brasil.

O STF, porém, preocupou-se em destacar que tratava-se de uma situação peculiar e específica, com receio de que suas conclusões fossem estendidas a outras hipóteses de aborto. Advertia, nesse sentido, a ministra Carmen Lucia “Faço questão de frisar que este Supremo Tribunal Federal não está decidindo permitir o aborto”.

Desse modo, a permissão da prática do aborto alcança apenas aquelas hipóteses previstas no Artigo 128 do Código Penal, bem como no caso dos fetos anencefálicos.

3.1.9 Conclusão: Legitimidade dos Atos de Disposição do Próprio Corpo:

Em conclusão, podemos afirmar que compete ao jurista a difícil tarefa de analisar a legitimidade dos atos de disposição do corpo, devendo, para isso, verificar os interesses envolvidos e o propósito que pretende atender.

De acordo com Schreiber, nas hipóteses em que o ato de disposição exprime realização de interesse da própria pessoa, considerada em sua individualidade, deve contar com o apoio da ordem jurídica. Se, todavia, o ato de disposição é praticado sem representar o livre exercício de uma opção existencial da pessoa, mas com o fim de atender, ainda que indiretamente, a interesse patrimonial de terceiro, não se deve supor, ao contrário do que

⁴⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. FETO ANENCÉFALO – INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ – MULHER – LIBERDADE SEXUAL E REPRODUTIVA – SAÚDE – DIGNIDADE – AUTODETERMINAÇÃO – DIREITOS FUNDAMENTAIS – CRIME – INEXISTÊNCIA. Mostra-se inconstitucional interpretação de a interrupção da gravidez de feto anencéfalo ser conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal. ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 54 DISTRITO FEDERAL. Requerentes: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Relator: Min. Marco Aurélio. 12 de abril de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>> Acesso em: 25 de maio de 2017

sugere o Art. 13 do Código Civil, que o caráter meramente temporário da diminuição física seja capaz de afastar a absoluta vedação que decorre em boa hora do texto constitucional.⁵⁰

3.2 Direito à Honra:

A Constituição brasileira consagra o direito à honra em seu artigo 5º, inciso X, ao lado de outros direitos da personalidade:

Artigo 5º (...) X- São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

No âmbito infraconstitucional, o Código Penal dispensa grande atenção ao tema, regulando os crimes de injúria, calúnia e difamação.

Da doutrina penalista, advém ainda a distinção entre honra objetiva (reputação de goza a pessoa no meio social) e honra subjetiva (consustanciada no sentimento que a própria pessoa ostenta em relação à sua integridade moral). Para o jurista italiano Adriano de Cupis a honra é a dignidade pessoal refletida na consideração dos outros (honra objetiva) e no sentimento da própria pessoa (honra subjetiva)⁵¹.

Por outro lado, o direito à honra no Código Civil, merecia uma atenção específica no capítulo destinado aos direitos da personalidade, mas, pelo contrário, o direito à honra não ganhou um dispositivo próprio e sua proteção acabou mesclada com outros atributos da pessoa humana, como o nome e a imagem.

Porém, ele aparece em diversas outras normas espalhadas pelo Código Civil. Um exemplo é o Artigo 17 do dispositivo, que, a pretexto de tutelar o direito ao nome, proibiu a utilização do nome alheio “em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.”

O referido dispositivo procura tutelar não só o uso do nome em si, mas a honra daquele cujo nome é empregado sem prévia autorização.

Tanto a violação da honra objetiva, como a violação da honra subjetiva, ensejam, na órbita civil, a reparação por danos morais. Na disciplina de responsabilidade civil, o art. 953 do Código Civil estabelece o seguinte:

⁵⁰ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 43

⁵¹ MARQUES Andrea Neves Gonzaga. *Direito à Honra*. TJDF, 05 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>> Acesso em: 29 de maio de 2017

Art. 953 A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

Neste dispositivo, o legislador faz uso das noções colhidas no direito penal, aludindo à injúria, calúnia e difamação. Porém, o dispositivo não foi muito feliz ao se referir a estes crimes ao invés de tratar simplesmente da violação ao direito à honra. Isso porque a reparação do dano não está limitada às hipóteses em que restem configurados os delitos em questão.

Cabe ressaltar ainda que, embora o artigo se limite a contemplar a indenização pelo dano causado à honra da vítima, nada impede que seja pleiteado também a compensação não pecuniária do dano, por meio de obrigações destinadas a restaurar a reputação do indivíduo.

3.2.1 O Caso de Manuel Wackenheim:

Um caso muito conhecido à respeito do direito à honra e sua possível “violação” voluntária, é o caso do cidadão francês Manuel Wackenheim.

Manuel tem pouco mais de um metro e catorze centímetros de altura e, de acordo com ele, o nanismo restringiu consideravelmente suas chances de emprego. Em 1991, o francês passou a exercer uma profissão inusitada, que consistia em se vestir com capacete e roupas acolchoadas e ser lançado em direção a um colchão de ar por clientes de bares e discotecas. A prática ficou conhecida como lançamento de anão.

Em outubro daquele mesmo ano, o prefeito da cidade proibiu a realização da atividade. Manuel, então, recorreu à corte administrativa de Versailles, que anulou a decisão do prefeito por considerar que não havia qualquer distúrbio à ordem, segurança ou saúde pública.

O prefeito apelou da decisão e o Conselho de Estado francês acolheu o recurso, vedando à prática de lançamento de anão, por considera-la uma afronta à dignidade humana.

Manuel, inconformado com a decisão, apresentou uma reclamação no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, quando o caso ganhou repercussão internacional. Sustentou que, a proibição do Conselho de Estado francês, ao contrário de proteger, violava sua dignidade humana, já que o impedia de exercer uma profissão.

O Comitê, porém, considerou que o banimento da atividade foi baseado em critérios razoáveis, inexistindo violação aos direitos humanos. Manuel, então, foi proibido de participar

da referida atividade. O lançamento não foi proibido porque causava prejuízo às outras pessoas, mas porque, segundo as autoridades, prejudicava o próprio Wackenheim.

Conforme discutido, a questão da autolimitação muitas vezes é controvertida. Para alguns, a inusitada atividade oferecia a Wackenheim a chance de se realizar pessoalmente. Para outros, porém, a submissão àquela atividade reduziam o indivíduo a mero objeto do lazer alheio, representando grave violação ao seu direito à honra e, conseqüentemente, à dignidade da pessoa humana.⁵²

Melhor seria, neste sentido, que o legislador tivesse cuidado de especificar os parâmetros que devem guiar o controle da legitimidade de tais limitações. Como não é o caso, cabe ao intérprete da norma essa tarefa, porém, não há garantia de consenso, como é possível observar através do caso apresentado.

3.3 Direito à Imagem:

Há algumas décadas, do ponto de vista jurídico, a imagem não era vista como um direito autônomo, mas como mero instrumento de violação a outros direitos da personalidade, como a honra ou a privacidade, por exemplo.

O Código Civil, ainda se posiciona neste mesmo sentido, pois, prevê em seu Artigo 20, que toda pessoa tem direito a proibir o uso e exposição de sua imagem “se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade”:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.

Porém, ao contrário do que sugere o referido dispositivo, a tutela do direito à imagem é autônoma, ou seja, independe da violação a outros direitos da personalidade. Quem veicula a imagem alheia, pode até fazê-lo com a intenção de prestigiar ou elogiar a pessoa retratada, porém, isso não afasta a prerrogativa que cada pessoa detém de impedir a divulgação de sua própria imagem.

O direito à imagem independe, portanto, do direito à honra. Enquanto o último diz respeito à reputação das pessoas no meio social, o direito à imagem exprime o controle que

⁵² SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 28

cada pessoa humana detém sobre qualquer representação de sua individualidade. O uso não consentido da representação externa da pessoa, configura, por si só, violação ao direito de imagem.⁵³ Neste sentido, estabelece o Artigo 5º, inciso X, da Constituição da República:

Artigo 5º (...) X- São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Por outro lado, isso não significa que o direito à imagem seja um direito absoluto, nenhum direito o é. Em algumas situações, admite-se a divulgação não autorizada da imagem alheia, como resultado da ponderação entre a proteção à imagem e outros interesses de ordem constitucional, especialmente a liberdade de expressão intelectual, artística ou científica.

Porém, devemos ter em mente a ideia de que a necessidade de consentimento do retratado deve ser vista sempre como uma regra, nunca como uma exceção.

Para auxiliar o poder judiciário no exercício da ponderação, a doutrina estabeleceu alguns parâmetros. Porém, tais parâmetros não representam uma operação matemática e não são garantia de consenso. São eles:

Parâmetros para aferir o grau de realização do exercício da liberdade de informação por meio da veiculação de imagens, tais como o grau de utilidade para o público do fato informado por meio da imagem; o grau de atualidade da imagem; o grau de necessidade da veiculação da imagem para informar o fato e; o grau de preservação do contexto originário onde a imagem foi colhida.

Em segundo lugar, estabelecem parâmetros para aferir a intensidade do sacrifício imposto ao direito de imagem, tais como o grau de consciência do retratado em relação à possibilidade de captação de sua imagem no contexto onde foi extraída; o grau de identificação do retratado na imagem veiculada; a amplitude da exposição do retratado; e a natureza e o grau de repercussão do meio pelo qual se dá a divulgação da imagem.⁵⁴

O resultado da ponderação, porém, varia conforme cada caso concreto, pendendo ora para a proteção da imagem, ora para a tutela da liberdade de informação.

Exemplificando, um político que discursa em um comício ou uma atriz que posa para fotos na saída de uma espetáculo, consentem, por meio do seu comportamento, com a

⁵³ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 108-110

⁵⁴ *Ibid.*

divulgação daquela imagem, sem que se possa vislumbrar violação por mera ausência de autorização escrita.

Do mesmo modo, se um jornal divulgasse a imagem de uma pessoa, sem sua autorização, durante uma passeata, a mesma não teria direito à reparação moral por uso indevido de sua imagem, pois, o objetivo maior era narrar um fato e retratar a passeata. Contudo, se na foto tivesse apenas aquela pessoa, cuja foto é tirada de forma aleatória e sem sua autorização, caberia reparação.

3.3.1 Autolimitação do Direito de Imagem e sua Interpretação Restritiva:

Nenhum direito da personalidade é absoluto, todos eles podem sofrer limitação voluntária, em determinadas situações, e não é diferente com o direito à imagem.

Como esclarece o próprio artigo 20 do Código Civil, o titular da imagem pode consentir, gratuita ou remuneradamente, com a sua utilização para fins específicos, desde que não o faça em termos gerais nem permanentes.

Porém, essa autorização de veiculação da imagem, deve ser interpretada sempre de modo restritivo e se limitando à finalidade específica para a qual foi concedida.

Não foi o que ocorreu, por exemplo, no caso de veiculação da imagem da atriz Glória Pires, no âmbito da campanha publicitária de uma empresa do ramo mobiliário. A companhia alegava ter celebrado com a produtora do filme *Se Eu Fosse Você 2* contrato de licenciamento que autorizava a veiculação da imagem da atriz.

O contrato de prestação de serviço celebrado pela atriz, reconhecia que a produtora “na qualidade de única e exclusiva detentora de todas os direitos patrimoniais e autorais sobre a Obra, contendo a interpretação, imagem e voz da interveniente poderá livremente dela dispor, bem como de seus extratos, trechos ou partes, dando-lhe qualquer utilização econômica sem que à contratada e/ou interveniente caiba qualquer remuneração ou compensação, além daquelas estipuladas no presente instrumento.”

Apesar da amplitude da cláusula contratual, o juiz da causa proferiu decisão determinando a retirada de toda publicidade dos produtos envolvendo a imagem da autora, isso porque, com base no status constitucional do direito à imagem, a eventual autorização para sua divulgação deve ser interpretada sempre de maneira restritiva, no tocante àquilo que foi inequivocamente autorizado.

Além do mais, mesmo que a veiculação da imagem seja autorizada expressamente, se a pessoa verificar posteriormente que a imagem releva mais ou revela algo diverso do que era esperado no momento da autorização, poderá impedir sua circulação.

3.3.2 O Caso Maitê Proença:

Um caso muito conhecido, e polêmico, que retrata bem a questão dos excessos com relação à autorização do uso da imagem, é o caso da atriz Maitê Proença. Conforme discutido anteriormente, o direito à imagem é um direito autônomo, e não é necessário que haja uma ofensa à honra ou reputação da pessoa para impedir a veiculação de sua imagem.

Porém, em sentido completamente oposto, foi a decisão à respeito da veiculação da imagem da atriz Maitê Proença. A atriz posou para a revista Playboy e autorizou a publicação das fotografias naquele veículo. Porém, as mesmas fotografias foram, posteriormente, divulgadas, sem o seu consentimento, em jornal carioca de grande circulação. A atriz promoveu, em decorrência disso, ação judicial por danos materiais e morais decorrentes do uso indevido de sua imagem.

A decisão proferida é extremamente polêmica, chegando a afirmar inclusive que “só mulher feia pode se sentir humilhada, constrangida, vexada em ver o seu corpo desnudo estampado em jornais ou revistas, As bonitas, não.”

Prosseguiu a decisão:

Fosse a autora uma mulher feia, gorda, cheia de estrias, de celulite de culote e de pelancas, a publicação de sua fotografia desnuda – ou quase – em jornal de grande circulação, certamente lhe acarretaria um grande vexame, muita humilhação, constrangimento enorme, sofrimentos sem conta, a justificar – aí sim – o seu pedido de indenização de dano moral, a lhe servir de lenitivo para o mal sofrido. Tratando-se, porém, de uma das mulheres mais lindas do Brasil, nada justifica pedido dessa natureza, exatamente pela inexistência, aqui, de dano moral a ser indenizado.⁵⁵

Cabe destacar que, posteriormente, o acórdão foi reformado no Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial.

3.3.3 O Caso Nissim Ourfali:

Outro caso que trata de excessos com relação a autorização da veiculação da imagem, é o caso de Nissim Ourfali, adolescente que postou um videoclipe em um site da internet de

⁵⁵ Decisão Publicada em: (Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, n 41, pág. 184-187) Jurisprudência com referência completa. In: SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 125

uma versão cômica e em português da música “What makes you beautiful” do grupo One Direction.

O vídeo foi postado na internet pelos próprios familiares de Nissim, com o intuito de torna-lo acessível aos familiares do garoto. Contudo, para sua surpresa, o vídeo alcançou um número espantoso de acessos.

Para se preservar, Nissim, de 13 anos, representado por seus pais, propôs ação judicial contra a gestora do site Youtube, pleiteando a retirada do videoclipe, com base na proteção de seu direito à imagem e à intimidade. O juízo de primeiro grau indeferiu o pleito de antecipação de tutela sob o argumento de que o videoclipe havia sido postado espontaneamente no site, bem como baseado na impossibilidade técnica de total retirada da internet do conteúdo. Inteiro teor da decisão:

Pelo que compreendo da emenda à inicial, o vídeo de que participa o autor foi postado espontaneamente em site público de compartilhamento de vídeos, não sendo o modo privado óbice para que todos quantos tenham conta no referido site o acessem. A partir daí, ao que parece, o vídeo se disseminou na internet, tal como se constata por pesquisa no Google pelo nome do autor, a qual retorna nada menos que 790 entradas a ele relativas (cf. impressão anexa). Frente a isso, é pra mim duvidosa a possibilidade técnica de retirada da internet de todos os caminhos de acesso que a essa altura se estabeleceram ao vídeo em questão, sendo certa que disseminação descontrolada de conteúdo é característica da internet (da qual, talvez pela novidade ainda de sua existência, boa parte dos usuários não tem consciência). Assim é que, embora compreenda sob aspecto humano a situação em que se encontra o autor, não vejo de plano possibilidade de estabelecer obrigação de fazer mormente de conteúdo aberto como pretendido, para a requerida, convindo seja por primeiro abeto o contraditório. Assim, indefiro, por ora, o pedido de antecipação de tutela.⁵⁶

De acordo com Anderson Schreiber, mesmo que a autorização tivesse sido concedida de modo válido e inquestionável, neste caso concreto, o ato de colocação do vídeo, embora voluntário, acabou ganhando repercussão inesperada, distanciando-se de sua finalidade original.⁵⁷

O autor acredita que a iniciativa de pleitear a retirada do vídeo é legítima, à luz da necessidade de preservação da intimidade do menino. Se a percepção dos pais sobre os riscos envolvidos foi tardia, isso não pode servir de obstáculo à tutela de seus direitos. Afirma, por

⁵⁶ TJSP Procedimento Sumário 0192672-12.2012.8.26.0100, 1 Vara Cível, Foro Central Cível, distribuído em 18.09.2012. Jurisprudência com referência completa. In: SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 130

⁵⁷ Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 130

fim, que não se vislumbra, nessas circunstâncias, interesse merecedor de tutela que se contraponha ao seu direito de preservar sua imagem e intimidade.

Por fim, podemos inferir que, mesmo que a veiculação da imagem seja autorizada expressamente, se a pessoa verificar posteriormente que a veiculação atingiu resultados diversos daqueles esperados, poderá impedir sua circulação.

3.4 Direito à Privacidade:

Em comparação com outros direitos da personalidade, o direito à privacidade é de evolução muito mais recente. Inicialmente, o direito à privacidade identificava-se com a proteção à vida íntima, familiar, pessoal de cada ser humano – era na verdade, tratado com um direito à intimidade.

Nota-se que, nesse primeiro momento, o direito à privacidade sofria uma forte influência do modelo proprietário. Do mesmo modo que o direito à propriedade permitia repelir o esbulho dos bens materiais, a privacidade permitia afastar a interferência alheia sobre a vida íntima de cada um, ou seja, assumia uma conotação puramente negativa, impondo aos outros um dever geral de abstenção (não fazer).

Esse cenário começa a se alterar à partir da década de 60. Em uma sociedade caracterizada pelo constante intercâmbio de informações, o direito à privacidade deve se propor a algo mais que aquela finalidade inicial, restrita à proteção da vida íntima. Deve abranger também o direito da pessoa de manter controle sobre seus dados pessoais.

Dessa forma, o direito à propriedade, nos dias de hoje, é mais amplo do que o simples direito à intimidade. Não se limita ao direito de cada um ser “deixado só” ou de impedir a intromissão alheia na vida íntima e particular, mas alcança qualquer ambiente onde circulem dados de seu titular. Dessa forma, o direito à privacidade, hoje, pode ser entendido como sendo o direito ao controle da coleta e da utilização dos próprios dados pessoais.

A tutela da privacidade, nessa nova acepção, não se contenta com a proibição à intromissão alheia na vida íntima (deve geral de abstenção), impõe também deveres de caráter positivo, como o dever de solicitar autorização para a inclusão do nome de certa pessoa em um cadastro de dados.

Viola a privacidade, portanto, não apenas a pessoa que se vale de uma luneta para captar a intimidade de seu vizinho, mas também a companhia que, ao ter acesso ao endereço e

ao número de telefone fornecidos por um cliente, aliena esses dados pessoais para outra empresa, sem qualquer consulta ou autorização de seu titular.

A Constituição brasileira reservou especial atenção ao direito à privacidade. O Artigo 5º, inciso X prevê expressamente a inviolabilidade da “intimidade” e da “vida privada”. Além disso, o constituinte previu, entre os remédios constitucionais, o instrumento do habeas data, cujo objetivo é evitar e coibir violações à privacidade, assegurando “o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”:

Art. 5º (...)

LXXII – Conceder-se-á habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Com relação ao Código Civil, esperava-se que o legislador desenvolvesse o comando constitucional, de modo a regular algumas situações corriqueiras e oferecer remédios para violações mais frequentes.

Porém, o Código Civil limitou-se a repetir, em seu Art. 21, os preceitos constitucionais, afirmando que “a vida privada é inviolável”:

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma

O dispositivo possui utilidade duvidosa, diante do já exposto no texto constitucional. O desafio atual da privacidade não está em sua afirmação, mas em sua efetividade, pois, a mera observação da vida cotidiana revela que, ao contrário do que prega o Art. 21, a vida privada da pessoa humana é violada sistematicamente. E, às vezes, com razão.⁵⁸

A privacidade se sujeita, como qualquer outro direito da personalidade, à ponderações que, à luz das circunstâncias concretas a fazem ora prevalecer, ora ceder passagem a outros interesses merecedores de igual proteção pela ordem jurídica.⁵⁹

⁵⁸ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 145

⁵⁹ *Ibid.*

Por exemplo, o passageiro compelido a permitir a inspeção de sua bagagem de mão pelo raio-X de um aeroporto tem violada a sua privacidade, porém, tal violação, justifica-se na situação concreta pela ponderação com o direito à segurança dos demais passageiros, inclusive dele próprio.

3.4.1 *Big Brother e os Aquários Humanos:*

Como já visto, os direitos da personalidade, ao contrário do que estabelece o Código Civil, admitem a possibilidade de relativização. Não seria diferente com o direito à privacidade. Neste sentido, afirma a professora Roxana Cardoso:

Os direitos à privacidade e à intimidade também podem ser objeto de negócios autorizativos. Por meio de atos dessa natureza é que se revela o interior da residência de pessoas famosas, ou, na forma mais ampla, é através desses negócios que as pessoas aceitam revelar 24 horas de sua vida privada e íntima para o público em geral, em redes nacionais de TV.⁶⁰

Deste modo, a proteção ao direito à privacidade não sofre apenas ameaças externas, mas convive com um contraponto interno, que vem do próprio titular.

Nenhum dos direitos da personalidade representa valor superior à pessoa humana. Nesse contexto, a vontade individual do titular do direito não pode ser desconsiderada, sob pena de se impor uma proteção contrária aos próprios anseios do indivíduo.

No caso do Big Brother, a vontade dos participantes de restringir sua privacidade é vontade legítima. A limitação voluntária ao exercício do direito à privacidade, nos casos de reality shows, tem sido admitida no Brasil e em quase todo o mundo. A mera escolha, contudo, não deve ser considerada suficiente.

Embora a vontade individual seja altamente relevante, não pode ser tida como suficiente para cancelar a tutela jurídica. De acordo com Anderson Schreiber⁶¹:

Muitas vezes a vontade humana não exprime um desejo genuíno e consciente, mas uma necessidade de aderir a práticas sociais e econômicas contrárias ao bem estar da própria pessoa. O papel do direito consiste justamente em controlar tais práticas, assegurando que os direitos da pessoa humana permanecerão protegidos em todas as etapas da atividade e que o consentimento da pessoa representa sua escolha consciente e informada, fruto de uma verdadeira autonomia.

Com relação aos reality shows, afirma:

⁶⁰ BORGES Roxana Cardoso Brasileiro. *Direitos de personalidade e autonomia privada*, 2 Ed., São Paulo: Saraiva, 2007. p.247

⁶¹ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 186

Não há, nessa perspectiva, motivos para demonizar os reality shows. Nem devem os juristas ignorar o fenômeno pela mera dificuldade de examiná-lo à luz de uma perspectiva comprometida com a tutela da privacidade. Melhor que dar as costas à realidade é exigir que o direito atue de modo a garantir a proteção da pessoa, exigindo: (i) o consentimento plenamente informado dos participantes, (ii) a definição de espaços de intimidade a salvo da exposição pública, (iii) a edição e filtragem de imagens eu tragam risco significativo aos retratados e assim por diante. Medidas absolutas, de caráter proibitivo, só devem ser adotadas em casos extremos.

Portanto, de acordo com o autor, não há motivos para que esse tipo de reality show seja proibido, desde que haja consentimento do participante em restringir a sua privacidade e que seja garantida a proteção desses participantes, evitando excessos e conservando uma esfera mínima de privacidade que se mantém a salvo do público, além da permanente possibilidade de responsabilização da emissora por eventuais excessos.

Porém, na ausência desses mecanismos de proteção, não se deve descartar a atuação proibitiva da ordem jurídica. Foi o que ocorreu nos casos dos “aquários humanos”, casas de vidro montadas em praças de alimentação dos shoppings centers, com a finalidade de divulgar as novas edições do Big Brother Brasil.

Conforme destacado, ainda que tal exposição seja consentida, o consentimento por si só não torna legítima a limitação do direito. No caso das casas de vidro, ao contrário do que ocorre no programa televisivo, a vida privada dos participantes é exposta ao público sem qualquer espécie de filtragem ou edição.

A limitação voluntária do exercício da privacidade deve ocorrer com as necessárias cautelas, buscando sempre uma proteção a dignidade daquele que, embora consentindo com a interferência em sua vida privada, o faz muitas vezes sem a exata noção dos reflexos que a atitude pode gerar sobre sua personalidade.

3.4.2 Limites da Limitação Voluntária: O Direito ao Esquecimento

Não há mais dúvidas de que os direitos da personalidade podem, em alguns casos, sofrer limitação voluntária por consentimento de seu próprio titular. Porém, como já foi visto com relação ao direito à imagem, existem limites à essa limitação.

O fato de o titular do direito ter concedido o uso de sua imagem, ou a limitação de sua privacidade, por exemplo, não dá margem para que essa pessoa seja perseguida, ao longo de toda sua vida, por um acontecimento pretérito.

É o que ocorre no caso de uma atriz que, no início de sua carreira, autoriza a veiculação de sua imagem, nua, em determinada revista masculina. A veiculação dessa

imagem do passado, pode, futuramente, causar grave dano à pessoa retratada. Mesmo que a autorização para a veiculação da imagem tenha sido dada na ocasião pretérita, o direito à exibição da imagem, por muitas vezes, entra em choque com o direito à privacidade.

Pode-se imaginar, ainda, que o indivíduo deseje simplesmente ser esquecido, deixado em paz. Nesse sentido, podemos imaginar o exemplo de uma pessoa que era famosa (um artista, esportista, político etc.) que, em determinado momento de sua vida, decide voltar a ser um anônimo e não mais ser incomodado com reportagens, entrevistas ou qualquer outra forma de exposição pública. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Ana Paula Arósio que, mesmo tendo carreira de muito sucesso na televisão, optou por voltar ao anonimato.

Assim, se um veículo de comunicação tiver a ideia de fazer um especial mostrando a vida atual dessa ex-atriz, com fotógrafos e câmeras acompanhando seu dia a dia, entrevistando pessoas que a conheciam na época, mostrando lugares que atualmente frequenta etc., ela poderá requerer ao Poder Judiciário medidas que impeçam essa violação.⁶²

Trata-se do chamado direito ao esquecimento. Esse direito pode ser compreendido como o direito que uma pessoa possui de não permitir que um fato, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos.⁶³

Em março de 2013, na VI Jornada de Direito Civil do CJF/STJ, foi aprovado um enunciado defendendo a existência do direito ao esquecimento como uma expressão da dignidade da pessoa humana. “*Enunciado 531: A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.*” Apesar de tais enunciados não terem força cogente, trata-se de uma importante fonte de pesquisa e argumentação.

O exercício do direito ao esquecimento por muitas vezes esbarra com o exercício de outros direitos, como por exemplo, a liberdade de informação, sendo certo que a ponderação nem sempre se resolverá em favor do direito ao esquecimento. Deve-se analisar as

⁶² ORTEGA, Flávia Teixeira. *O que consiste o direito ao esquecimento?*, JusBrasil. 4 de abril de 2016. Disponível em: < <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/319988819/o-que-consiste-o-direito-ao-esquecimento> > Acesso em: 02 de maio de 2017

⁶³ DIREITO ao Esquecimento. *Dizer o Direito*. 11 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2013/11/direito-ao-esquecimento.html>> Acesso em: 02 de maio de 2017

peculiaridades do caso concreto, buscando balancear os interesses em jogo, analisando a utilidade da informação, bem como os riscos trazidos pela recordação do fato à pessoa envolvida.

Deve-se analisar se existe um interesse público atual na divulgação daquela informação. Se ainda persistir, pode ser considerada lícita a publicidade daquela notícia. Por outro lado, se não houver interesse público atual, a pessoa poderá exercer seu direito ao esquecimento, devendo ser impedida a publicidade da notícia que ficou no passado. Como assevera o Min. Gilmar Ferreira Mendes:

Se a pessoa deixou de atrair notoriedade, desaparecendo o interesse público em torno dela, merece ser deixada de lado, como desejar. Isso é tanto mais verdade com relação, por exemplo, a quem já cumpriu pena criminal e que precisa reajustar-se à sociedade. Ele há de ter o direito a não ver repassados ao público os fatos que o levaram à penitenciária.⁶⁴

Foi o que aconteceu, por exemplo, em um caso julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que uma pessoa que se submeteu a um concurso público foi acusada de “colar” em uma das fases do certame. Anos após o acontecimento, a candidata constatou que, ao digitar seu nome em buscadores na internet, ainda haviam muitos resultados referentes à suposta fraude no certame. Propôs então, ação judicial pleiteando que as notícias não fossem listadas a partir da simples busca de seu nome. O Tribunal decidiu:

Na hipótese concreta do conflito entre a garantia à intimidade e a chamada sociedade de informação, deve prevalecer a primeira, com vista a evitar que o exercício da livre circulação de fatos noticiosos por tempo imoderado possa gerar danos à vida privada do indivíduo. Prevalência, nessa fase, do direito à imagem, à personalidade e do direito ao esquecimento, garantias fundamentais do ser humano.⁶⁵

Cumprido registrar que o direito ao esquecimento não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou de reescrever o passado, o que ele assegura é a possibilidade de se discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos e a finalidade com que são lembrados.

3.5 Direito ao Nome e à Identidade Pessoal:

⁶⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 1 Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 374

⁶⁵ Agravo de Instrumento 2009.002.41400, Rel. Des. Antonio Saldanha Palheiro, 25.5.2010. Jurisprudência com referência completa. In: SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 173

Além de um direito, a legislação consagra expressamente um dever ao nome, isso porque a Lei de Registros Públicos declarou a obrigatoriedade do registro do nascimento, impondo uma indicação de nome composto de prenome e sobrenome. Além disso, nos atos solenes da vida civil, somos confrontados a todo momento com uma exigência de identificação, sempre pelo nome. Nesse sentido, o Art. 16 do Código Civil dispõe: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”.

3.5.1 Possibilidade de Alteração do Nome:

Com relação à possibilidade de alteração do próprio nome, há hipóteses excepcionais previstas em lei, deste modo, a regra geral da inalterabilidade do nome é relativa, segundo se colhe da leitura do caput do art. 58, da Lei nº. 6.015/73 e das hipóteses de alteração do nome:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.

Dessa forma, poderia se entender, em princípio, pelo artigo 58, da Lei de Registros Públicos, que o prenome era imutável, por ser norma de ordem pública. Porém, se a finalidade do registro público é espelhar a veracidade dos fatos da vida e entendendo-se que o nome civil é a real individualização da pessoa humana no seio familiar e na sociedade, é possível, nas hipóteses previstas em lei, além das hipóteses trazidas pela doutrina e pela jurisprudência, modificar o prenome.⁶⁶

As situações excepcionais que permitem a alteração do prenome são⁶⁷:

- a) Prenome que exponha seu portador ao ridículo, ao vexame ou que cause constrangimento

O parágrafo único do artigo 55, da Lei de Registros Públicos, dispõe o seguinte:

⁶⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Obrigações*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. p. 173, 174

⁶⁷ ORTEGA, Flávia Teixeira. *Quando é possível a alteração do nome?*. JusBrasil. 11 de agosto de 2016. Disponível em: < <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/372428898/quando-e-possivel-a-alteracao-do-nome>> Acesso em: 09 de maio de 2017

Art. 55. [...]

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.

b) Prenome que contenha erro gráfico:

Art. 110. Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

A partir desta nova lei, a autorização judicial não é mais exigida, fazendo surgir, no âmbito do Registro Civil de Pessoas Naturais, a possibilidade de retificação extrajudicial de assentos quando ocorrer erros de grafia e outros erros evidentes resultantes quando da feitura do registro, no próprio cartório, realizada, sem a necessidade de sentença proferida pela autoridade judicial competente.

c) Alteração de prenome para incluir apelido público notório:

É a permissão legal para acrescentar apelido público notório ou substituir o prenome por ele, desde que o apelido seja lícito. Exemplo clássico é do Presidente, que acrescentou o apelido Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) ao seu nome completo. Dispõe o caput do art. 58, da LRP:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.

d) Alteração do prenome por conta da maioridade:

Poderá o interessado alterar seu nome, desde que não prejudique o sobrenome e a terceiros, na fluência do primeiro ano após a maioridade civil, de acordo com o artigo 56 da Lei de Registros Públicos, que dispõe:

Art. 56 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

O referido dispositivo, ao tratar da alteração do nome pelo interessado no primeiro ano após a maioridade, não fala em motivação. Porém, o entendimento majoritário é no sentido de que essa será imprescindível a qualquer alteração promovida no registro civil pátrio, conforme estabelece o artigo 109 da Lei de Registros Públicos.

e) Alteração do prenome para proteção da vítima ou testemunha:

O parágrafo único do artigo 58 da Lei dos Registros Públicos estabelece:

Art. 58 [...]

Parágrafo único: A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvindo o Ministério Público.

A medida foi adotada pelo legislador com a finalidade de proteger vítimas e testemunhas de fatos criminosos, que são ameaçadas. Mediante requerimento ao juiz competente, ouvido o Ministério Público, pode o registro ser revertido à sua condição inicial após cessada a coação ou ameaça.

f) Alteração de prenome por conta da adoção:

Com a adoção, é concedido ao adotado o sobrenome do adotante, sendo facultativa, a rogo do adotante ou do adotado, a modificação do seu prenome.

A lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu Art. 47, § 5º, dá a possibilidade da alteração do nome completo do adotado. Nesse sentido, dispõe o artigo supramencionado:

Art. 47 - O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão. [...]

§ 5º - A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome. [...]

Outras situações, não previstas legalmente, mas admitidas pela doutrina e jurisprudência, têm o condão de alterar o nome civil. A jurisprudência tem interpretado, por muitas vezes, de modo extensivo as condições legais que a autorizam. Foi o caso, por exemplo, do pedido de supressão do sobrenome paterno apresentado por quem havia sido abandonado pelo pai. Decisão do Superior Tribunal de Justiça:

Assim, se o nome é o traço característico da família, razão assiste ao recorrente em pleitear a retirada do patronímico. Seu pai, como afirmado e reconhecido na sentença, nunca foi presente, nunca deu assistência moral ou econômica a ele e à sua mãe. Diz que, com isso, se sente exposto ao ridículo. E realmente o deve ser (...) ⁶⁸

As cortes brasileiras não têm, todavia, deixado de exercer seu poder de controle, vedando a alteração do nome quando não identificam “motivo suficiente” para tanto.

3.5.2 Alteração do Nome e o Caso Silveirinha:

Conforme analisado, o nome pode ser alterado, porém, em situações excepcionais. Quando o juiz não verifica motivo relevante e suficiente para a alteração do mesmo, a alteração é vedada. É justamente o que ocorreu no caso Silveirinha.

Rodrigo Silveirinha era Subsecretário de Administração Tributária do Rio de Janeiro e foi acusado de envolvimento em um esquema de corrupção de auditores fiscais. Por esse motivo, seu nome ganhou as páginas dos jornais de todo o país.

Com o intuito de suprimir o “Silveirinha” dos seus sobrenomes, seus filhos propuseram ação judicial, sob a alegação de que o patronímico lhes vinha causando diversos transtornos.

O Tribunal de Justiça do Estado, negou provimento ao pleito, com base no Art. 56 da Lei de Registros Públicos que afirma que a alteração do nome só será permitida nos casos em que “não prejudique os apelidos de família”.

De acordo com Anderson Schreiber⁶⁹, a vedação contida no Art. 56 da Lei de Registros Públicos não pode ser tomada em sentido absoluto. O autor acredita que, embora o

⁶⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Civil. Registro Público. Nome Civil. Prenome. Retificação. Possibilidade. Motivação Suficiente. Permissão Legal. Lei 6.015/73. Art. 57. Hermenêutica. Evolução da Doutrina e da Jurisprudência. Recurso Provido. Recurso Especial 66.643/SP. Recorrente: Paulo Ernesto Vampré Batelli. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, 21 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.tjm.mg.gov.br/images/stories/downloads/corregedoria/01curso_adap_juizes_militares/material/stj_re66643.pdf> Acesso em: 29 de maio de 2017

⁶⁹ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 192

sobrenome tenha a função de conservar a unidade familiar, a tutela da pessoa humana não pode deixar de prevalecer diante da proteção à família.

Nesse contexto, afirma que tanto quanto o prenome, o sobrenome deve ser tido como modificável sempre que puder impor risco ao pleno desenvolvimento da personalidade, seja por expor seu titular ao ridículo, seja por razões atinentes à realização familiar ou à segurança do indivíduo. Conclui dizendo que a justificativa para um controle judicial situa-se exatamente no dever do magistrado de aferir, concretamente, quais riscos a mudança traz para o grupo social.

3.5.3 Autorização para Uso do Nome e o Caso Luciano Huck:

O Art. 18 do Código Civil prevê expressamente a possibilidade de uso do nome alheio quando houver autorização de seu titular. Porém, existem limites para a autorização de uso, não é válida a autorização geral e irrestrita, o consentimento deve sempre se dirigir a uma situação específica e pontual.

Como limitação ao exercício de um direito da personalidade, a autorização deve ser interpretada sempre de maneira restrita, abrangendo apenas a situação em que haja consentimento expresso do titular.

Não foi o que ocorreu, por exemplo, em um caso com o apresentador de televisão Luciano Huck. O apresentador viu seu nome sendo veiculado, sem autorização, no informe publicitário de um lançamento imobiliário de luxo.

A construtora do imóvel responsável pela comercialização, alegou que havia se limitado a reproduzir matéria jornalística publicada pela revista *Veja* de São Paulo. A referida matéria dava a notícia da concentração de imóveis de alto luxo em certa rua da cidade, citando o apresentador como um de seus moradores. Deste modo, a ré sustentou que a autorização de Luciano era dispensável, uma vez que havia sido publicada matéria de mesmo conteúdo.⁷⁰

O juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido do apresentador. A sentença, porém, foi reformada em segundo grau, alegando os desembargadores que embora a ré tenha se limitado a anexar reprodução de matéria jornalística, era inegável a menção ao nome do autor com o propósito de “dar enfoque comercial e econômico ao empreendimento imobiliário.”

⁷⁰ TJSP, Apelação Cível 994.04.041367-0, Rel. Des. Paulo Eduardo Razuk, 28.9.2010. Jurisprudência com referência completa. In: SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 200

3.5.4 Cirurgias de Readequação de Sexo e a Mudança do Nome:

A alteração do nome no registro civil em virtude de cirurgia de transgenitalização enfrentou grande resistência por parte de autoridades públicas e oficiais de registro, porém, apesar disso, a jurisprudência tem reconhecido tal possibilidade, em prol da dignidade da pessoa humana.

Não há no Brasil uma legislação que regulamente e determine essa possibilidade de alteração do registro civil, desse modo, a alteração deve ser pleiteada judicialmente. Tendo isso em vista, tais conflitos acabam, por muitas vezes, ficando ao sabor das opiniões pessoais dos magistrados.

Alguns juízes permitem a mudança do prenome do indivíduo, com fundamento nos princípios da intimidade e privacidade, para evitar principalmente o constrangimento à pessoa. Por outro lado, muitos julgados, de índole conservadora, ainda vedam a alteração do registro, e se baseiam, em sua maioria, estritamente no critério biológico.

Porém, por sorte, decisões como essa não exprimem a orientação dominante das cortes brasileiras. Nesse sentido, a ministra do STJ Nancy Andrichi afirma que se o Estado consente com a possibilidade de realizar a cirurgia de transgenitalização, logo, deve também prover os meios necessários para que o indivíduo tenha uma vida digna e, por conseguinte, seja identificado jurídica e civilmente tal como se apresenta perante a sociedade.

Nesse mesmo sentido, decisão do TJRJ:

(...) Pessoa com físico a aparência de mulher eu se veste como mulher, e é conhecida como mulher. Constrangimento ao ser identificada por documentos como pertencente ao sexo masculino. Possibilidade das alterações pretendidas à minguia da inexistência de proibição legal. Precedentes deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça (...) ⁷¹

Há também decisões que, ao permitir a alteração do prenome, determinam que a mesma seja feita com a ressalva da condição transexual do indivíduo, não alterando o sexo presente no registro.

⁷¹ TJRJ, Apelação Cível 2008.001.17016, Rel. Des. Ronaldo Álvaro Martins, 22.10.2008. Jurisprudência com referência completa. In: SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 208

O primeiro recurso sobre o tema foi julgado no STJ em 2007, sob a relatoria do ministro Carlos Alberto Menezes Direito. No caso, a Terceira Turma do STJ, seguindo o voto do ministro, concordou com a alteração, mas definiu, na ocasião, que deveria ficar averbado no registro civil do transexual que a modificação do seu nome e do seu sexo decorreu de decisão judicial.⁷²

Em outubro de 2009, a Terceira Turma, em decisão inédita, garantiu ao transexual a troca do nome e do gênero em registro, sem que constasse a anotação no documento. O colegiado determinou que o registro de que a designação do sexo foi alterada judicialmente constasse apenas nos livros cartorários.

A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, afirmou que a observação sobre alteração na certidão significaria a continuidade da exposição da pessoa a situações constrangedoras e discriminatórias.

“Conservar o ‘sexo masculino’ no assento de nascimento do recorrente, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois a aparência do transexual redesignado em tudo se assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter o recorrente em estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente”, concluiu a ministra.

O mesmo entendimento foi aplicado pela Quarta Turma, em dezembro de 2009. O relator do recurso, ministro João Otávio de Noronha, destacou que a Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) estabelece, em seu artigo 55, parágrafo único, a possibilidade de o prenome ser modificado quando expuser seu titular ao ridículo. “A interpretação conjugada dos artigos 55 e 58 da Lei de Registros Públicos confere amparo legal para que o recorrente obtenha autorização judicial para a alteração de seu prenome, substituindo-o pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive”, disse o ministro.⁷³

⁷² SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *O Direitos dos indivíduos transexuais de alterar o seu registro Civil*. JusBrasil. 30 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/154275355/o-direito-dos-individuos-transexuais-de-alterar-o-seu-registro-civil>> Acesso em: 29 de maio de 2017

⁷³ *Ibid.*

Na ocasião, Noronha afirmou ainda que o julgador não deve se deter em uma codificação generalista e padronizada, mas sim adotar a decisão que melhor se coadune com valores maiores do ordenamento jurídico, tais como a dignidade das pessoas.⁷⁴

Quanto à alteração do nome não podem haver dúvidas, ela deve ser permitida com base no Art. 55, parágrafo único, da Lei de Registros Públicos, que autoriza a alteração do nome que expõe o sujeito ao ridículo. Deste modo, não há sequer a necessidade de recorrer aos princípios constitucionais para permitir a alteração do nome nesse caso.⁷⁵

Quanto à alteração do sexo no registro civil, havia uma maior resistência, porém, jurisprudência recente do STJ tem autorizado, inclusive, a alteração do registro civil de transexual independentemente da realização de cirurgia de readequação sexual.⁷⁶

O entendimento foi firmado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao acolher pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher. Para o colegiado, o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia, que pode inclusive ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico.

Não há, de fato, qualquer fundamento legítimo para se condicionar à prática de um procedimento cirúrgico a realização do direito fundamental ao nome e à identidade pessoal.⁷⁷

⁷⁴ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *O Direitos dos indivíduos transexuais de alterar o seu registro Civil*. JusBrasil. 30 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/154275355/o-direito-dos-individuos-transexuais-de-alterar-o-seu-registro-civil>> Acesso em: 29 de maio de 2017

⁷⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 208

⁷⁶ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia> Acesso em: 29 de maio de 2017

⁷⁷ SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014, p. 211

CONCLUSÃO:

Conforme analisado ao longo deste trabalho, a legislação acerca da limitação voluntária dos direitos da personalidade é escassa. O Código Civil trata da matéria em alguns artigos, porém, em sua maioria, são dispositivos que quase não possuem aplicabilidade, uma vez que trazem soluções fechadas, absolutas e definitivas, motivos pelos quais não se adequam à realidade e à solução de casos concretos.

É justamente o que ocorre com o Artigo 11 do Código Civil, o primeiro dispositivo dedicado aos direitos da personalidade. Ao estabelecer que os direitos da personalidade são “irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação voluntária”, se interpretado de forma literal, o artigo adota como uma regra a impossibilidade da limitação voluntária a estes direitos, retirando qualquer efeito com relação ao consentimento do titular.

Porém, ao contrário do que estabelece o dispositivo, os exemplos contemporâneos revelam que as bases clássicas dos direitos da personalidade são desafiadas rotineiramente por diversas práticas. Há uma série de situações não previstas em lei, mas socialmente admitidas, em que as pessoas desejam e aceitam limitar o exercício de algum atributo de sua personalidade. Diversos dispositivos que tratam destes direitos, portanto, não acompanharam a evolução da sociedade, o que acarreta o surgimento de uma infinidade de situações que, mesmo sendo admitidas, não estão regulamentadas.

A renúncia total ou parcial dos direitos da personalidade representa, em muitas situações, a realização da dignidade humana do indivíduo, como no caso das cirurgias de mudança de sexo, por exemplo, ou até mesmo na recusa de se submeter a um procedimento médico, que é o que ocorre com os Testemunhas de Jeová, cuja religião não permite a realização de transfusões de sangue. Tais exemplos representam uma clara relativização de um direito da personalidade: o direito ao próprio corpo.

À partir da renúncia do exercício de alguns direitos da personalidade, é que uma pessoa pode ser o que ela é, ou o que pretende ser. É justamente a existência dessa possibilidade que faz com que esses direitos sejam efetivamente “direitos” e não apenas “deveres”.

Gozar de um direito da personalidade ou um direito fundamental, nem sempre irá de acordo com o princípio constitucional da dignidade humana. É o que ocorre, por exemplo, no caso da proibição da eutanásia. A prevalência do direito à vida, nessa situação, pode

representar uma grave ameaça à dignidade do indivíduo, na medida em que este procedimento, em muitos casos, visa evitar o sofrimento de pacientes terminais e dar-lhes o direito a uma morte digna.

Se de um lado a ordem jurídica não deve tolerar a redução, ainda que voluntária, da dignidade do homem, por outro lado é muito importante evitar o perigo oposto, que consiste em sufocar, a título de proteção, novas manifestações da dignidade humana.

Mas é claro que a limitação a estes direitos não deve ser aceita em qualquer circunstância. Embora consentindo com a interferência em um atributo de sua personalidade, o indivíduo por muitas vezes o faz sem a exata noção dos reflexos que essa atitude pode gerar.

Melhor seria, neste sentido, que o legislador tivesse o cuidado de especificar os parâmetros que devem guiar o controle da legitimidade de tais limitações. Porém, a escassez na regulamentação não implica em dizer que o jurista e intérpretes da norma não possam trabalhar com alguns parâmetros buscando analisar a legitimidade das limitações aos direitos da personalidade. Ao jurista compete, portanto, verificar a que interesses a vontade atende em cada situação concreta.

O papel do direito consiste justamente em controlar tais práticas, assegurando que os direitos da pessoa permanecerão protegidos em todas as etapas da atividade e que o seu consentimento representa uma escolha consciente e informada, fruto de uma verdadeira autonomia.

Na prática, porém, a análise não é nada simples, pois não existe fórmula matemática. Sabemos que a limitação voluntária ao exercício dos direitos da personalidade deve ocorrer com as necessárias cautelas, buscando sempre priorizar a realização da dignidade do indivíduo. Esse critério, auxilia o jurista a evitar preconceitos na análise dos diferentes casos concretos. Não representa, contudo, garantia de consenso.

Foi o que ocorreu, por exemplo, no caso de Wackenheim e o lançamento de anões. Para alguns, a inusitada atividade oferecia a ele a chance de se realizar pessoalmente. Para outros, a submissão àquela atividade reduziam o indivíduo a mero objeto do lazer alheio, representando grave violação ao seu direito à honra e, conseqüentemente, à dignidade da pessoa humana.

É justamente por esse motivo que a regulamentação da matéria demonstra-se tão importante. Resta claro que a legislação deve evoluir no sentido de especificar os parâmetros

que irão incidir na análise das limitações aos direitos da personalidade. Apenas dessa forma, poderemos evitar o surgimento de decisões conflitantes acerca da matéria.

Portanto, caberá ao “intérprete da norma” a difícil análise da legitimidade da autolimitação ao exercício dos direitos da personalidade. Ainda que seja possível traçar um padrão de conduta, esse padrão deverá ser discutido caso a caso, buscando sempre atender ao propósito da realização da personalidade de seu titular, e, por outro lado, sendo repellido sempre que guiado por interesses que não estão própria ou imediatamente voltados à realização da dignidade daquela pessoa.

Os direitos da personalidade devem ser entendidos como mecanismos que viabilizam aos seus detentores aquilo que, hoje, pode ser considerado como a grande busca do direito: a autorrealização.

REFERÊNCIAS:

AMPUTADOS por opção – 4 é demais. *Super Interessante*. 19, maio, 2012. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/amputados-por-opcao-4-e-demais/>> Acesso em: 25 de maio de 2017

BELTRÃO, Silvio Romero. *Direitos da personalidade: de acordo com o novo código civil*. Imprensa: São Paulo, Atlas, 2005

BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*, 3ª ed. atualizada por Eduardo C. B. Bittar, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999

BORGES Roxana Cardoso Brasileiro. *Direitos de personalidade e autonomia privada*, 2 Ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Mensagem n. 252, de 23 de março de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2001/Mv252-01.htm> Acesso em: 25 de maio de 2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. FETO ANENCÉFALO – INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ – MULHER – LIBERDADE SEXUAL E REPRODUTIVA – SAÚDE – DIGNIDADE – AUTODETERMINAÇÃO – DIREITOS FUNDAMENTAIS – CRIME – INEXISTÊNCIA. Mostra-se inconstitucional interpretação de a interrupção da gravidez de feto anencéfalo ser conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal. ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 54 DISTRITO FEDERAL. Requerentes: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Relator: Min. Marco Aurélio. 12 de abril de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>> Acesso em: 25 de maio de 2017

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Civil. Registro Público. Nome Civil. Prenome. Retificação. Possibilidade. Motivação Suficiente. Permissão Legal. Lei 6.015/73. Art. 57. Hermenêutica. Evolução da Doutrina e da Jurisprudência. Recurso Provido. Recurso Especial 66.643/SP. Recorrente: Paulo Ernesto Vampré Batelli. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, 21 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.tjm.mg.gov.br/images/stories/downloads/corregedoria/01curso_adap_juizes_militares/material/stj_r_e66643.pdf> Acesso em: 29 de maio de 2017

CANTALI, Fernanda Borghetti. *Direitos da personalidade: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana*, Porto Alegre, Livro do Advogado, 2009

DELFINO, Daisy. *Eutanásia, Direito de Vida e Morte*. Jurídico Certo. 31,10, 2016. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/maria-daisy-delfino/artigos/eutanasia-direito-de-vida-e-morte-3033>> Acesso em: 20 de maio de 2017

DIREITO ao Esquecimento. *Dizer o Direito*. 11 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2013/11/direito-ao-esquecimento.html>> Acesso em: 02 de maio de 2017

D'URSO, Luiz Flávio Borges. *A Eutanásia no Direito Brasileiro*. OAB-SP, 2005. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/prisciladinizmatos/artigos/a-eutanasia-e-o-direito-de-morrer-1553>> Acesso em: 20 de maio de 2017

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Obrigações*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

GONÇALVES, Calos Roberto. *Direito Civil Brasileiro, vl.1 Parte Geral*, 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2012

KANT, Emmanuel. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*. Rio de Janeiro. Ediouro, 1997.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Transusão de sangue em testemunhas de Jeová. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 1, abr., 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6545>>. Acesso em: 11 maio 2017.

MARINS, André Luiz Fernandes. *A Eutanásia no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. Âmbito Jurídico. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12717> Acesso em: 20 de maio de 2017

MARQUES Andrea Neves Gonzaga. *Direito à Honra*. TJDF, 05 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>> Acesso em: 29 de maio de 2017

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 1 Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Maria Celília Bodin de. *Danos à Pessoa Humana- Uma leitura Civil- Constitucional dos Danos Morais*. Rio de Janeiro. Editora Renovar, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 9 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ORTEGA, Flávia Teixeira. *O que consiste o direito ao esquecimento?*, JusBrasil. 4 de abril de 2016. Disponível em: < <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/319988819/o-que-consiste-o-direito-ao-esquecimento>> Acesso em: 02 de maio de 2017

ORTEGA, Flávia Teixeira. *Quando é possível a alteração do nome?*. JusBrasil. 11 de agosto de 2016. Disponível em: < <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/372428898/quando-e-possivel-a-alteracao-do-nome>> Acesso em: 09 de maio de 2017

RIZZARDO, Arnaldo. *Parte Geral do Código Civil*. 4 ed. Editora Forense, 2006.

SÁ, Maria Fátima Freire de. *Direito de morrer: Eutanásia, Suicídio Assistido*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001

SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 Ed., São Paulo. Editora Atlas S.A., 2014

SEDDA, Anna. New hope for people obsessed with amputating one of their own limbs. *The Conversation*. 3, junho, 2016. Disponível em: < <https://theconversation.com/new-hope-for-people-obsessed-with-amputating-one-of-their-own-limbs-59184>>. Acesso em 25 de maio de 2017

STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade ou Como Alguém se Torna o que Quiser*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p. 109/124.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *O Direitos dos indivíduos transexuais de alterar o seu registro Civil*. JusBrasil. 30 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/154275355/o-direito-dos-individuos-transexuais-de-alterar-o-seu-registro-civil>> Acesso em: 29 de maio de 2017

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia> Acesso em: 29 de maio de 2017

TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional* (coordenador), Rio de Janeiro: Renovar, 3ª edição, 2007

VIEIRA, Mônica Silveira. *O corpo e o Direito*. 2010. 166 f. Tese de Doutorado em Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010